

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOSÉ JORGE RODRIGUES BRANCO

A POLÍTICA DE AUTONOMIA REGIONAL E DE COOPERAÇÃO INDUSTRIAL
NA ÁREA DE DEFESA DOS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA
ROUSSEFF: UMA ESTRATÉGIA DE HEGEMONIA POLÍTICA NA AMÉRICA DO
SUL.

PORTO ALEGRE

2017

José Jorge Rodrigues Branco

A POLÍTICA DE AUTONOMIA REGIONAL E DE COOPERAÇÃO INDUSTRIAL
NA ÁREA DE DEFESA DOS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA
ROUSSEFF: UMA ESTRATÉGIA DE HEGEMONIA POLÍTICA NA AMÉRICA DO
SUL.

Trabalho apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em Ciência
Política, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Doutor Henrique Carlos
de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Branco, Jorge

A POLÍTICA DE AUTONOMIA REGIONAL E DE COOPERAÇÃO INDUSTRIAL NA ÁREA DE DEFESA DOS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF: UMA ESTRATÉGIA DE HEGEMONIA POLÍTICA NA AMÉRICA DO SUL. / Jorge Branco. -- 2017. 61 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. hegemonia política. 2. política internacional. 3. compartilhamento do desenvolvimento. 4. cooperação na área de defesa. I. Castro, Henrique Carlos de Oliveira de, orient. II. Título.

José Jorge Rodrigues Branco

A POLÍTICA DE AUTONOMIA REGIONAL E DE COOPERAÇÃO INDUSTRIAL
NA ÁREA DE DEFESA DOS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA
ROUSSEFF: UMA ESTRATÉGIA DE HEGEMONIA POLÍTICA NA AMÉRICA DO
SUL.

Trabalho apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em Ciência
Política, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Carla Etiene Mendonça da Silva – UFRGS

Professor Doutor Marco Aurélio Cepik – UFRGS

Professora Doutora Sonia Maria Ranincheski – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Sempre pensei que registrar os agradecimentos em algum texto da relevância para nossa vida como este seria um momento difícil pois não teríamos como escapar da repetição e do lugar comum.

Acertei. É impossível fugir do lugar comum, da repetição de conteúdo, exatamente por ser esse um momento de extrema alegria e de reconhecimento emocionado. Vou registrar os agradecimentos, exatamente como tantos fizeram, com escancarado reconhecimento. Agradecer, torna-se assim um valor em si mesmo, não requer ineditismo, talento ou arte. Requer apenas o coração.

Meu orientador, Professor Doutor Henrique Carlos de Oliveira de Castro, foi decisivo neste percurso, me ajudou com dedicação e acuro a percorrê-lo. Ele é um professor.

Agradeço aos professores que compõem essa banca, Professora Doutora Carla Etiene Mendonça da Silva, Professor Doutor Marco Aurélio Cepik e Professora Doutora Sonia Maria Ranincheski, pela disposição e generosidade em me acompanhar nesse momento.

Aos colegas do PPGCP da UFRGS e do Grupo de Estudos de Cultura Política, pelos debates e pelo incentivo, próprio do coleguismo.

À Professora Doutora Sandra Eliane Bitencourt de Barreiras, pelo incentivo, amizade e pela caminhada comum de mais de uma década.

Ao governador Tarso Genro, pelo estímulo à reflexão e ao senso crítico.

Obviamente, os agradecimentos à minha família, pequena e corajosa. Em especial à minha mãe Maria Rodrigues de Almeida e minha tia Maria Ilda de Almeida, à quem devo apenas tudo.

Por fim, à duas grandes mulheres, que se fizeram minhas melhores amigas nas profundezas do companheirismo: minha filha Isadora Wondracek Branco e minha esposa Juliana Botelho Foernges. Para vocês que vivo.

Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa. O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao Mercosul e à Comunidade Sul Americana de Nações. (LULA DA SILVA, 2007).

RESUMO

O objetivo central deste artigo é verificar em que medida as estratégias de autonomia regional e de compartilhamento do desenvolvimento, empreendidas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2014), expressaram a intenção de constituir uma hegemonia política brasileira sobre a América do Sul. O esforço de construção de um espaço de liderança hegemônica do Brasil no continente se assentou na ideia da legitimação pelo consentimento dos demais Estados sobre esta liderança regional. Esta política estava amparada em um bloco de forças, reunindo a burguesia interna e setores da classe trabalhadora, interessada na ampliação do mercado consumidor e produtor, como um mecanismo da ampliação da economia brasileira. O contexto internacional de crítica à liderança unipolar dos Estados Unidos da América, os índices de crescimento econômico do Brasil e o forte ativismo político internacional do governo brasileiro contribuíram para criar as condições para essa pretensão de liderança hegemônica do país. A análise tem por método a aplicação do conceito de hegemonia política construído por Antonio Gramsci, tendo sido realizado uma revisão da literatura e dos documentos oficiais brasileiros.

Palavras-Chave: Hegemonia política. Autonomia regional. Compartilhamento do desenvolvimento. Cooperação na área de defesa. Política internacional.

ABSTRACT

The objective of this study is to verify to what extent the strategies for regional autonomy and shared development employed by Lula da Silva and Dilma Rousseff's administration periods (2003-2014) expressed the intent of creating a Brazilian political hegemony over South America. The effort to build a space for Brazil's hegemonic leadership in the continent was based on the idea of a legitimacy afforded by the consent of the other countries in what regards this regional leadership. This policy was supported by a bloc of forces that brought together Brazil's internal bourgeoisie and sectors of the working class, both interested in the expansion of the consumer and producer markets as a means to expand the Brazilian economy. The international context, which criticized the unipolar leadership enforced by the United States, the indexes of Brazil's economic growth and the strong international political activism put forth by the Brazilian government contributed to create the conditions necessary for Brazil's pretension of hegemonic leadership. The analysis has by method the application of the concept of political hegemony constructed by Antonio Gramsci, having been realized a review of de literature and the official Brazilian documents.

Keywords: Political hegemony. Regional autonomy. Shared development. Strategy. International politics. Cooperation in the area of defense.

LISTA DE ABREVIATURAS

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDS – Conselho de Defesa Sul-Americano

CNI – Confederação Nacional da Indústria

COMDEFESA – Comitê da Indústria de Defesa e Segurança

END – Estratégia Nacional de Defesa

FMI – Fundo Monetário Internacional

G7 – Grupo dos Sete

G20 – Grupo dos Vinte

IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONCEITOS ESTRUTURANTES	13
2.1 O CONCEITO DE HEGEMONIA.....	15
2.2 A HEGEMONIA NA ESFERA DAS RELAÇÕES ENTRE PAÍSES.....	18
3 A POLÍTICA DE CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA POLÍTICA	24
3.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL E AS CONDIÇÕES PARA UMA FORÇA HEGEMÔNICA REGIONAL	24
3.2 AS BASES SOCIAIS DA POLÍTICA DE HEGEMONIA REGIONAL	26
3.3 A BUSCA DA HEGEMONIA POLÍTICA ATRAVÉS DE ESTRATÉGIAS COMBINADAS.....	32
3.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA ZONA DE AUTONOMIA.....	34
3.5 O COMPARTILHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	38
3.6 A COOPERAÇÃO APLICADA ÀS POLÍTICAS DE DEFESA	43
4 CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, desenvolvo elementos para enfrentar a seguinte questão: em que medida as estratégias de autonomia regional e de compartilhamento do desenvolvimento, propugnadas nas relações políticas internacionais do Brasil durante os governos Lula da Silva, entre 2003 e 2010, e Dilma Rousseff, 2011 a 2014, significaram uma política de vocação hegemônica regional sobre a América do Sul?

Pretendo demonstrar que as estratégias de cooperação industrial na área de defesa e de criação de uma área politicamente autônoma na América do Sul, constituíram uma busca de hegemonia política do Brasil sobre os demais Estados da América do Sul.

Ainda, descrevo a intenção do bloco no poder que deu sustentação aos governos brasileiros para desenvolver essa busca da hegemonia política sobre os demais países da América do Sul, para que o Estado brasileiro assumisse as funções de organizador e proponente desta política. (BOITO, 2012)

Esta análise se dará com base no conceito de hegemonia conforme construído por Gramsci (2016). O núcleo central deste conceito diz que hegemonia é o processo pelo qual as ideias, valores e interesses de um sujeito passam a ser de outros através do consenso. A eficiência do esforço hegemônico de um Estado no plano internacional está relacionada ao fato de os demais Estados estarem em consenso com ele e suas estratégias e políticas de maneira não coercitiva, de forma que predomine, assim, o consentimento, e não a coerção e supremacia, como forma de dominação nas relações internacionais. Isto se dá na proporção da capacidade de o Estado hegemônico, ou que pretenda sê-lo, apresentar suas políticas como de interesse comum ou universal em relação aos demais que compõem o âmbito no qual está focado o Estado hegemônico. Sendo capaz, a hegemonia, de transformar-se em liderança moral, sem deixar de ser líder também em outras esferas, de uma coalizão de Estados ou bloco de Estados.

Amparo a afirmação de que o Brasil buscava construir uma hegemonia política sobre a América do Sul e que, para isso, formulou duas estratégias complementares, a autonomia regional e o compartilhamento do desenvolvimento, nas seguintes dimensões: a narrativa de não-supremacia repetida sistematicamente pelo Estado, a oferta de cooperação na indústria de defesa, a criação de uma zona de exclusão da potência hemisférica, a defesa sistemática da integração sul-americana, a ampliação da presença econômica brasileira nesta zona, a unidade do bloco de forças dirigente no país e o ativismo multilateral do Brasil no mundo.

Este artigo, estrutura-se em duas partes. A primeira é dedicada a abordar os conceitos estruturantes do trabalho. A segunda, a estabelecer o conceito-chave aplicado para análise das ações do governo brasileiro, de hegemonia em Antonio Gramsci. Descrevo o conceito tal como será operacionalizado no artigo, usando as dimensões do convencimento, consentimento, adesão e lealdade, as quais, combinadas, dão a devida caracterização da dominação hegemônica. Faço a devida distinção do uso do conceito como sinônimo de supremacia, comum em algumas escolas tradicionais da ciência política e das relações internacionais. Avanço no conceito da hegemonia na esfera das relações entre países e abordo a correspondência entre as relações internacionais e nacionais, em que as primeiras são determinadas pelas relações sociais no interior dos países, e a hegemonia política de um Estado sobre outros é decorrente dos interesses do bloco de forças hegemônico no interior daquele.

Na segunda parte, abordo os elementos que deram base à intenção de construir uma hegemonia política do Brasil sobre a América do Sul. Contextualizo o ambiente internacional do período, descrevo a composição do bloco dominante e da fração hegemônica no período dos governos analisados e como este bloco de forças sociais concedeu a devida sustentação, econômica e política, às estratégias de busca da hegemonia política do Brasil. A seguir, abordo como a busca da hegemonia política se deu sobre duas estratégias combinadas e complementares: o estabelecimento de uma zona de autonomia regional na América do Sul e o compartilhamento do desenvolvimento no interior desta zona. Analiso como, através das relações multilaterais e do privilegiamento das relações no bloco sul-americano, foi se construindo a política de uma zona de exclusão de potências extrarregionais e qual a relevância desta exclusão para a construção do espaço, tanto político quanto econômico, para o exercício de liderança hegemônica para o Brasil. Complemento descrevendo como a estratégia de compartilhamento do desenvolvimento, levada a cabo pela cooperação industrial na área de defesa, foi implementada no esforço de desobstruir e remover entraves à essa hegemonia e como a cooperação na área de defesa se articulou com esse propósito.

Por último, convirjo para a ideia de que a combinação das estratégias de autonomia regional e cooperação industrial na área de defesa deram materialidades à busca de hegemonia política por parte do Brasil em relação aos países sul-americanos durante o período dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2014) e que a retórica não-hegemonista do governo brasileiro fazia parte desta estratégia de construção da hegemonia através da obtenção da concordância dos demais Estados.

2 CONCEITOS ESTRUTURANTES

A política externa brasileira nos períodos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2014) foi marcada por uma significativa mudança de rumos em relação aos períodos passados. Isto se deve a mudanças na política interna do Brasil associadas às mudanças internacionais.

[...] houve uma grande inflexão na política externa do Estado brasileiro na transição dos governos FHC para os governos Lula que esteve ligada à nova configuração do bloco no poder, a saber: a trajetória ascendente da grande burguesia interna no interior do bloco no poder. (BERRINGER, 2015, p. 24).

Vários elementos, tanto discursivos quanto materiais, verificados nas ações dos governos Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2014), abrem a possibilidade para a interpretação de que, efetivamente, estes governos significaram uma movimentação intencional de caráter construtivo de uma hegemonia política brasileira sobre a região.

A estratégia de autonomia nas relações internacionais, a qual, por sua vez, estava associada a uma estratégia de liderança compartilhada e de crescimento cooperativo entre os países sul-americanos, formulada por esses governos, expressou uma racionalidade política que teria por efeito e objetivo desenvolver a hegemonia das posições brasileiras no continente.

Também, os ganhos possíveis para um conjunto relevante de setores do empresariado brasileiro – em especial uma fração da burguesia interna industrial – tanto no que diz respeito à implantação de indústrias brasileiras no exterior quanto da conquista de mercados consumidores de seus produtos, e a busca das classes trabalhadoras pelo aumento do emprego e dos investimentos e das condições de vida através do aumento do investimento estatal consubstanciaram uma aliança de frações de classe expressas nesta política de autonomia regional. Esta aliança constituiu um bloco de sustentação de tal política de vocação hegemônica.

Esta nova aliança de classes apresenta a configuração de um novo bloco social no poder no Brasil, expresso pelas políticas de governo neste período de 2003 a 2014. Neste intervalo, o Estado agiu diretamente para garantir um crescimento econômico baseado

em uma burguesia interna, não internacionalizada, ao mesmo tempo que garantiu um conjunto de ganhos materiais às classes trabalhadoras e populares. (BERRINGER, 2015).

As políticas de investimento em infraestrutura, de favorecimento do componente nacional nas compras públicas, financiamento do BNDES, a implantação do regime de partilha na exploração do petróleo, o incentivo à indústria de construção naval, a criação de novas empresas estatais e nacionais no ramo da tecnologia, defesa e informações e o incentivo à internacionalização das empresas de conteúdo nacional, políticas econômicas anticíclicas, deram materialidade à aliança com setores nacionais da burguesia brasileira em detrimento da burguesia compradora e da burguesia financeira. (BOITO, 2012)

Estas políticas foram contrabalanceadas, não sem contradições, com um conjunto de investimentos nas áreas sociais dirigido às classes trabalhadoras e populares, ainda que de forma desigual. A política de valorização do salário mínimo, de ampliação dos serviços de ensino, em especial superior, os programas de complementação de renda básica, os financiamentos para agricultura camponesa e familiar, de emprego e de habitação permitiram razoável distribuição de renda para as classes populares no Brasil.

O conjunto destas políticas deu materialidade à consolidação deste bloco de forças sociais, reunindo setores internos da burguesia brasileira com as classes trabalhadoras. Este novo bloco de poder está, assim, na base da política internacional desenvolvida e aplicada no período. A prioridade nas relações sul-sul, os blocos entre os países emergentes e a maior presença no continente africano expressam um esforço de ampliação da influência deste bloco de poder sobre o entorno estratégico, notadamente sobre a América do Sul.

As medidas políticas em relação à América do Sul foram marcadas por dois grandes eixos: o da integração política regional, com o conceito de criação de uma zona de autonomia, e o aumento progressivo da ação do Estado e da economia brasileira no desenvolvimento da infraestrutura e da economia regional. (RAMANZINI, 2013, SVARTMANN, 2014, BERRINGER, 2015).

É com base nestes aspetos que se pode afirmar que a política internacional do Brasil sobre a América do Sul teve um sentido de construção de hegemonia, mais do que de simples liderança, pois foi a expressão de uma nascente necessidade de crescimento e acumulação de um emergente, porém incipiente, bloco de poder entre classes sociais no Brasil, articulada sobre uma estratégia de convencimento e consentimento a partir do conceito de compartilhamento do desenvolvimento e de autonomia regional.

A área de defesa foi, junto com a infraestrutura, a que conferiu maior materialidade a esse conceito e a essas estratégias. Estes objetivos estratégicos foram articulados através de um reposicionamento político do Estado, que se tornou protagonista desta ideia de hegemonia e liderança regional.

Esta política assumiu dimensões hegemônicas porque se constituiu como uma formulação não só do Estado brasileiro, mas de uma fração da sociedade civil em aliança com este, sendo composta por aspectos culturais, econômicos e políticos e não coercitivos; foi decorrência de um dado processo político local que resultou num consenso, relativo, entre forças sociais, suficiente para construir essa política internacional em relação ao entorno sul-americano.

2.1 O CONCEITO DE HEGEMONIA

Se, em teorias clássicas, como o Realismo, a hegemonia estava relacionada à ideia de capacidade coercitiva, de predominância militar, em Gramsci está relacionada à capacidade de construir consensos e dirigi-los. Antonio Gramsci deu um sentido muito mais amplo ao conceito de hegemonia.

O termo hegemonia é usado, no Realismo e no Neorealismo, teorias da Ciência Política e das Relações Internacionais, em um sentido distinto do usado na formulação construída por Antonio Gramsci. Aquelas teorias, “Realismo” e o “Neorealismo”, nos estudos sobre as relações internacionais, têm em comum a ideia de que as relações entre os Estados, ou no sistema internacional, como conceituam alguns autores, são, por origem, anárquicas, não existindo entre os Estados parâmetros prévios, comumente pactuados, que permitissem uma superação da anarquia e o estabelecimento de uma ordem entre os Estados, em uma visão hobbesiana de mundo. A ordem entre as nações seria construída, portanto, por aspectos relacionais, de poder político ou de poder econômico – enfim, por relações de supremacia, as quais imporiam o ordenamento fático e material, hierárquico, portanto, entre os Estados.

Para a escola da teoria do Realismo, o elemento fundamental para o estabelecimento da ordem é a política. A guerra fria, estabelecida entre a Segunda Guerra Mundial e a década de 1990, ao fim do século XX, seria o elemento político que teria estabelecido uma ordem mundial a partir do alinhamento dos Estados ao bloco capitalista ou ao bloco comunista, independentemente das variáveis e racionalidades da economia. (ARON, 1987). Assim, para a corrente do Realismo, o conflito permanente em que vivem

as nações e os Estados somente é superável pela imposição política de um Estado mais forte, ou que reúne uma série de valências que lhe transformem no mais forte e no que queira assumir esta hegemonia sobre os demais, predominantemente, pela coerção.

Já para a escola da teoria do Neorrealismo, o elemento fundamental é a economia. Esses teóricos seguem, contudo, o pressuposto de que as relações entre os Estados são anárquicas. Seguem, assim, a tendência hobbesiana da guerra entre todos, tal e qual o Realismo, mas, diferente deste, deixam de interpretar o sentido econômico das relações internacionais como manifestação da esfera da política, percebendo na economia um elemento independente, que, fazendo uso explicativo da esfera política, determina o ordenamento entre os Estados. (VIGEVANI; VEIGA; MARIANO, 1994). Consideram, também, que seja necessária a existência da supremacia de um Estado sobre os demais para que se constitua uma ordem internacional que garanta as condições objetivas para a aceitação de todos os Estados dos mecanismos e fluxos econômicos entre eles, dando estabilidade à essa ordem internacional entre Estados, inimigos potenciais entre si.

Este conceito remete à Teoria da Estabilidade Hegemônica – a ideia de que é preciso um Estado que detenha a superioridade militar, econômica e política, que atue no sistema internacional de Estados com a condição de ser, este Estado, o mantenedor e garantidor da ordem internacional, de uma hierarquia. (VIGEVANI; VEIGA; MARIANO, 1994). Esta ordem internacional deve, necessariamente, abranger o sistema econômico e impor um efetivo sistema econômico internacional.

Em comum, o Realismo, o Neorrealismo e a Teoria da Estabilidade Hegemônica têm o sentido restrito que dão ao conceito de hegemonia. Nestas escolas teóricas, hegemonia está vinculada à ideia de supremacia material e não de dominação cultural e política. Hegemonia estaria vinculada à capacidade de controlar recursos militares, institucionais e econômicos e de exercer esta supremacia no sentido da manutenção e estabilização da hierarquia, regras e composição da ordem mundial.

O que estas teorias têm em comum e que as distinguem do pensamento gramsciano é que nelas a hegemonia é uma valência singular de supremacia ou superioridade, militar, econômica ou política, enquanto que em Gramsci hegemonia está vinculada a uma forma superior de dominação, a político-cultural, que reuniria um conjunto complexo de valências, entre elas, inclusive, a capacidade coercitiva.

Nas teorias tradicionais, hegemonia está vinculada, fundamentalmente, à capacidade coercitiva do Estado; portanto, hegemonia, nessas tradições, está vinculada à ideia de supremacia; porquanto em Gramsci, a hegemonia está vinculada ao bloco

histórico de classes sociais que dirige o Estado, a articulação entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, está vinculada à ideia de dominação pelo consenso acerca dos valores da classe social ou do bloco dominante.

A definição oferecida por Vigevani, Veiga e Mariano (1994) é reveladora da diferença substancial entre os conceitos de hegemonia. Para os autores:

A teoria da estabilidade hegemônica, formulada inicialmente por Kindleberger (Kindleberger¹, 1973), define a capacidade hegemônica de uma nação como o controle e o predomínio em relação às fontes de matérias-primas, aos fluxos de capitais financeiros, aos mercados externos e também como o predomínio em relação às vantagens competitivas na produção de bens de alto valor agregado. (VIGEVANI; VEIGA; MARIANO, 1994, p 12).

O conceito de hegemonia gramsciano, ainda que não despreze a coerção e a imposição, assenta nas ideias do convencimento, consentimento, adesão e lealdade sua dimensão. Assim, confere um novo sentido à dominação, não entendida unicamente como imposição, mas também como consentimento do dominado, como convencimento do outro sobre valores, sistemas e poder do dominante.

Hegemonia é o exercício da dominação através do uso combinado do consenso e da coerção, os quais se combinam em variadas proporções, da capacidade de liderar e de impor através do uso das ideias, da capacidade de constituir valores éticos, políticos e econômicos que sejam mais amplos do que o grupo do qual emerge ou representa, convencendo outros grupos deste conjunto de ideais e valores. Uma classe é hegemônica quando dirige a si própria e domina as classes aliadas, simultaneamente. (LIGUORI; VOZA, 2017).

Hegemonia significa conceber a luta política como uma luta no campo da cultura, ou seja, feita no campo da sociedade civil – ainda que em combinação com o uso dos instrumentos do Estado – e da sociedade política – como o controle do governo, o uso da coerção legal e do poder militar.

Em Gramsci, o conceito de hegemonia está associado à promessa de um novo Estado, de uma nova cultura ou uma nova economia. Gramsci, assim, ampliou a teoria do Estado em relação ao que ele chamou de “concepção voluntarista-instrumentalista” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980), ao perceber que o poder está na articulação de elementos da sociedade civil com elementos da sociedade política. Quando descreveu o

¹ KINDLEBERGER, Charles P. *The World in Depression*, Penguin Books, London, 1973.

espaço e o valor do consenso e da capacidade de direção, da luta cultural, da batalha de ideias e valores.

Para Gramsci (2016a, p. 104), “O conceito de hegemonia [...] implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica [...]”. Por isso falamos em hegemonia política, com o sentido de dar a verdadeira valência das relações de hegemonia, superior ao conferido pelo sentido clássico da supremacia ou imposição. Hegemonia política está vinculada às relações culturais entre sociedade civil e política, à relação combinada entre consenso e força.

Hegemonia não é, em Gramsci, a definição da supremacia por capacidade da força de uma classe sobre outra, tampouco de uma nação sobre outra, mas a capacidade de transitar entre a coerção e o convencimento, portanto entre a sociedade civil e a sociedade política. A hegemonia, assim vista, é política por definição, pois conecta ambas as esferas da sociedade.

2.2 A HEGEMONIA NA ESFERA DAS RELAÇÕES ENTRE PAÍSES

Se hegemonia é o exercício simultâneo e combinado da direção sobre a própria classe e de dominação sobre as demais classes por parte da fração dirigente, construindo uma visão de mundo e um projeto de Estado comum, a hegemonia política é a consolidação dos valores de uma única classe em valores de várias classes, de um bloco de classes, transformando-os, a seguir, em valores nacionais. Ocorre que, em Gramsci, como em toda a tradição marxista, a dimensão nacional está relacionada à dimensão internacional em um imbricamento de duplo fluxo.

A personalidade nacional (como a personalidade individual) é uma mera abstração, se considerada fora do nexo internacional (ou social). A personalidade nacional expressa uma especificação do todo internacional, portanto está ligada às relações internacionais. (GRAMSCI, 2016c, p. 16).

A construção de um bloco de forças hegemônico em um dado país constrói novos interesses internacionais para este próprio Estado, interferindo em suas relações internacionais. Os interesses internacionais são diretamente afetados pelas relações sociais no interior de um Estado e pelas modificações orgânicas que estas sofrem no curso

da história e da luta política. (GRAMSCI, 2016b). À política e aos interesses do bloco hegemônico estão subordinadas as relações que estes, na direção do Estado, dão curso no cenário internacional.

O modelo de relação proposto ou imposto por um determinado Estado aos demais Estados, em um âmbito maior ou menor, diz respeito a objetivos políticos, objetivos econômicos e a um sistema de valores que, desenvolvido e representado pelo bloco de forças hegemônico em um país, transformou-se em um programa e uma intenção nacional. Assim, o valor dos acordos regionais, o nível de investimento em um bloco regional de países e o padrão de relacionamento com as grandes potências estrangeiras serão determinados por esta política, cujo resultado é obtido pela contraposição dos interesses e capacidades hegemônicas de cada sujeito no cenário mundial. A capacidade hegemônica se faz notar quando um Estado apresenta a condição de liderar um sistema de alianças e acordos com diferentes impactos. Diz Antonio Gramsci que:

Toda nação importante pode tender a dar um substrato econômico organizado à própria hegemonia política sobre as nações que lhe são subordinadas. Os acordos políticos regionais poderiam tornar-se acordos econômicos regionais, nas quais importações e exportações negociadas não se verificariam mais apenas entre dois estados, mas entre um grupo de estados. (GRAMSCI, 2016b, p. 181).

Não é necessário apenas reduzir a aplicação do conceito de hegemonia aos casos onde haja, exclusivamente, relações de subordinação entre Estados. Cabe estendê-lo para onde haja, igualmente, relações, tipicamente, de hegemonia por convencimento nas relações entre Estados. Tampouco seu uso deve se ater à ideia de uma formação de um bloco de forças com caráter revolucionário. Seu uso, aqui, descreve a formação de um bloco de forças que significa uma mudança na fração dirigente de um Estado, sem, no entanto, significar obrigatoriamente uma profunda reestruturação das relações sociais até então. Isto se dá em um contexto onde há mudanças de frações dirigentes, mas não há uma mudança de regime político ou econômico, muito menos de modo de produção, em uma situação que podemos chamar de hegemonia instável, em contraposição a um processo de consolidação de uma ordem econômica e política nova, onde haveria uma hegemonia estável.

Aplicado ao plano internacional, o conceito de hegemonia diz respeito a uma ordem entre países, cuja a liderança política e, até mesmo, ideológica de um deles é

consentida pelos demais. Seja em plano global ou, como próprio desta quadra do século XXI, no interior de um bloco regional. Como constrói Robert Cox:

Para se tornar hegemônico, um estado teria que fundar e proteger uma ordem mundial que fosse universal em termos de concepção, isto é, uma ordem onde um estado não explore outros estados diretamente, mas na qual a maioria desses (ou pelo menos aqueles ao alcance da hegemonia) possa considerá-la compatível com seus interesses. (COX, 2007, p. 117).

Nas Relações Internacionais, portanto, a distinção primeira da hegemonia entre Estados está na capacidade de um deles exercer o papel de organizador do consenso, de proponente de uma pauta consensualizada por todos ou, ao menos, pela maioria dos Estados envolvidos no âmbito do exercício pretendido de hegemonia; a segunda, em ser a expressão de um bloco de forças sociais em seu plano nacional que expresse e empreenda um projeto sobre a sociedade e a economia dos demais países.

Este organizador do consenso entre Estados consolidará sua hegemonia se for capaz de convencer os demais de que sua economia, sua inteligência e, sobretudo, a unidade do bloco dirigente, através do governo e do Estado, são capazes de prover os meios, materiais e políticos, para o exercício do consenso. Se os demais Estados membros desta aliança considerarem que poderão usufruir as promessas feitas pelo Estado hegemônico, que usufruirão vantagens submetidos à hegemonia de outro Estado ou, em casos mais nítidos onde a dominação por consenso também envolva a coerção e o temor dela e os estados apresentarem receio de sofrerem perdas de qualquer ordem não estando subordinados à essa hegemonia, esse estado terá dados passos no sentido de consolidar sua hegemonia política.

Considera-se ainda que, em Gramsci, as relações internacionais decorrem da estrutura social orgânica de cada país. Ao interesse e vontade do bloco dirigente do Estado hegemônico deve corresponder a estrutura de classes e de interesses dos demais Estados componentes desta aliança. As relações internacionais são, portanto, uma relação não restrita à sociedade política, mas construída na esfera da sociedade civil e de suas classes, ultrapassando, deste modo, a relação restrita ao âmbito das ações do sistema estatal.

Entretanto, em uma situação de hegemonia instável, não fruto de um amplo bloco de forças com capacidade de fundar uma nova ordem, essa hegemonia não pode se alicerçar apenas nos interesses do Estado. É necessário que a sociedade civil, ou parte dela, tenha interesse e capacidade de sustenta-la. Ou seja, é fundamental que as frações e

classes que organizam determinado bloco tenham interesse nesta liderança de caráter hegemônico sobre um determinado âmbito mundial, seja ele global ou regional. O interesse decisivo para estas classes sociais, em via de regra, é o econômico.

A ordem hegemônica mundial é, portanto, fundada a partir de poderosos processos de revolução social nos países centrais desta ordem. Os valores, as instituições, a economia desta ordem mundial hegemônica é “exportada” aos países periféricos, os quais não passaram pelo mesmo processo da revolução burguesa. Esses países periféricos incorporam estes elementos sem um processo autóctone de modernização e revolução social, que os adapte às relações pré-existentes, o que Antonio Gramsci chama de “revolução passiva”. (GRAMSCI, 2016c).

O questionamento desta ordem mundial é tanto mais possível quanto maior for a crise pela qual passa tal ordem e seu poder hegemônico. Robert Cox (2007) fala em período hegemônico e período não-hegemônico. O primeiro seria um período em que há uma clara dominação de caráter hegemônico estável, no qual os países reconhecem e se submetem ao exercício desta liderança hegemônica. Já o período não-hegemônico seria aquela em que, ainda que haja uma dominação de um Estado potência, essa dominação se dá mais por força do peso econômico e militar do que por consentimento. Nesse caso, pode-se criar uma situação em que haja múltiplos polos hegemônicos e zonas de baixa hegemonia ou de exclusão da hegemonia, ou seja, onde a influência da potência hegemônica enfrente resistências ou sofra alguma espécie de concorrência por parte de outros Estados.

A inserção de cada país no sistema internacional de Estados se dá de maneira desigual. Essa desigualdade está diretamente relacionada a um conjunto de fatores internos e externos de cada um dos estados. No plano interno, incidem de forma determinante o nível de desenvolvimento econômico e de acumulação de capital, o nível de consenso na sociedade nacional e o grau de legitimidade conferida pela sociedade ao Estado para desenvolver estratégias de obtenção de liderança internacional. No plano externo, a capacidade militar deve ser vista como suficiente, pelos Estados estrangeiros, para despertar-lhes o interesse de negociar e pactuar, e o sentido da complementariedade econômica deve ser suficiente para que estes mesmos Estados tenham disposição de estabelecer acordos comerciais e econômicos.

A ideia de hegemonia nas relações internacionais está relacionada à capacidade de um Estado em determinar sua vontade sobre a vontade dos demais Estados, de determinar os rumos das relações e não ser determinado por elas.

A linha de um estado hegemônico (isto é, de uma grande potência) não oscila, já que ele mesmo determina a vontade dos outros e não é determinado por esta, já que a linha política baseia-se no que há de permanente, e não de casual e imediato, bem como nos próprios interesses e naqueles das outras forças que concorrem de modo decisivo para formar um sistema e um equilíbrio. (GRAMSCI, 2016b, p. 87).

A vocação hegemônica é o exercício de uma capacidade adquirida de liderar, através da influência, do convencimento e da força, as ações de outro. No caso das relações internacionais, esta capacidade é construída e adquirida através da combinação de peso e potencialidade econômica, possibilidade de dissuasão militar e legitimidade política.

A capacidade hegemônica é relacional, ou seja, deriva das potencialidades de um Estado, ou bloco de Estados, na relação e atrito com as capacidades de outro Estado, ou bloco de Estados. Não há uma supremacia absoluta de uma determinação na explicação dos fenômenos das relações internacionais e nas hierarquias de poder entre Estados; o que há é uma interação múltipla entre várias determinantes de caráter nacional e internacional cuja hierarquia se dá pelo processo de hegemonia de um sistema de alianças de forças sociais sobre outros em ambos os planos simultaneamente.

O exercício normal da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da minoria [...]. (GRAMSCI, 2016b, p. 96).

As relações internacionais, entretanto, estão condicionadas também às relações de hegemonia entre as forças sociais no interior da sociedade nacional. E estas, por sua vez, devem ser compreendidas a partir de sua inserção em um processo mundial e seu sistema. A relação entre o interno e o externo, o nacional e o internacional, deve ser apreendida como um processo de hegemonia em que uma força, ou uma aliança de forças, busca fazer com que sua vontade tenha supremacia sobre a vontade do outro ou dos outros.

O Estado é uma instituição de poder entrecruzada por uma variada gama de interesses de classe e de alianças de classe ou fração destas. A política das relações com o plano internacional, por sua vez, está condicionada, também, pelos interesses da aliança de classes ou frações hegemônicas neste Estado. Esses interesses hegemônicos se relacionam e identificam diretamente, em convergência ou em divergência, com os

interesses específicos da aliança hegemônica nos demais países. Esta convergência é determinante na capacidade de um Estado exercer hegemonia sobre os demais em determinado âmbito.

Como o Estado, em Gramsci, é caracterizado como um instrumento de reprodução da capacidade de expansão da acumulação de mais-valia e da reprodução da capacidade política de manter a coesão social em torno deste processo de acumulação, a expansão da influência de um Estado no sistema internacional é a própria expansão do poder político e da capacidade de acumulação de mais-valia da coalizão de forças sociais hegemônica no interior daquele Estado-nação, bem como é uma determinante para a manutenção da legitimidade daquele Estado frente à sua sociedade. Ou seja, uma taxa positiva de eficácia deste exercício de hegemonia é fundamental para o processo de legitimação do Estado frente aos jogos das forças sociais no interior do país, pois permite, simultaneamente, às forças hegemônicas nacionais uma expansão de sua capacidade de acumulação de mais-valia e, às forças subordinadas, uma repartição secundária da renda pública através de medidas distributivistas.

A eficácia e a intencionalidade da ação hegemônica está, portanto, relacionada à política e não a leis naturais da sociedade. A política é um arranjo de práticas que tem por objetivo mudar uma correlação de forças e um estado de coisas existente com o objetivo criar uma nova disposição destas. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

3 A POLÍTICA DE CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA POLÍTICA

3.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL E AS CONDIÇÕES PARA UMA FORÇA HEGEMÔNICA REGIONAL

A crise internacional contribuiu para que se criasse a possibilidade de uma sub-hegemonia de um país periférico sobre um continente tido como uma zona de exclusão da grande potência mundial. Isso porque a crise colocou em cheque as antigas relações econômicas e comerciais e permitiu a arquitetura de novas. O período de crise econômica, que, em seus aspectos mais abrangentes, emergiu a partir da crise dos anos 1970, transformou-se em um prolongado intervalo de embate político mundial. Este período foi marcado por um conjunto de questionamentos sucessivos da hegemonia política internacional dos Estados Unidos da América, marcando esta passagem de século com um conjunto de desafios contra-hegemônicos, os quais se mantêm inconclusos.

Se, de um lado, a potência hegemônica mundial, os Estados Unidos da América, efetivamente lidera um bloco internacional que organiza as principais instituições de relacionamento interestatal no globo e reproduz valores culturais e modelos econômicos, interferindo, diretamente, através de intervenções e ocupações militares, na dinâmica dos países subordinados, ou indiretamente, através de mecanismos de ordenamento mundial, como o Banco Mundial, FMI e G7, no mundo inteiro; de outro, a incapacidade do modelo internacional em garantir uma equação constante na economia mundial e uma certa distribuição de renda capaz de garantir paz social faz com que esta hegemonia seja, relativamente, instável.

Não surgiu um bloco histórico de forças sociais com capacidade de produzir uma ruptura contra-hegemônica no cenário mundial. Entretanto, houve um conjunto de articulações políticas e sociais que, ainda que sem caráter e capacidade hegemônica, questionaram e afetaram a hegemonia política central. A aliança continental europeia, União Europeia, um conjunto expressivo de revoluções e independências na América Latina, Ásia e África, os novos blocos de países emergentes, como o BRICS, o crescimento econômico da China, os governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina e a construção e consolidação de blocos regionais como MERCOSUL e UNASUL são expressões de um mundo em crise, desestabilizado e em movimento.

Estas são expressões do processo contraditório da hegemonia internacional, do modo de produção capitalista e suas crises e dos processos de revolução passiva aos quais foram submetidos os países periféricos.

No período mais recente, dos primeiros anos do século XXI para cá, abriu-se um espaço de questionamento ainda maior desta hegemonia internacional, sem, no entanto, eliminá-la. Houve um conjunto significativo de movimentos contra-hegemônicos de baixa capacidade, mas suficientemente significativos para questionar, parcialmente, essa hegemonia, impondo aos Estados Unidos da América, em muitos casos, optar por medidas não-hegemônicas, mas coercitivas e impositivas, como as invasões ao Iraque e ao Afeganistão e a “guerra ao terror”.

Neste espaço de instabilidade, surgiram movimentos que apresentam caráter hegemônico, ainda que de pequena capacidade. Assim se caracterizam e ambientam as movimentações do governo brasileiro no cenário internacional, em especial sobre a América do Sul, nos anos entre 2003 e 2014.

Sendo uma economia produto de uma revolução passiva, não se criou neste período, no Brasil, um bloco histórico capaz de propor uma contra-hegemonia mundial, mas sim uma aliança de frações de classes sociais capaz de articular um projeto econômico com autonomia política. Este projeto, ainda que incapaz de transformar-se em alternativa global aos marcos econômicos e institucionais do neoliberalismo, continha uma promessa de desenvolvimento econômico e, com ele, de crescimento das taxas de acumulação de capital dos setores empresariais locais e de distribuição de renda à classe trabalhadora. Esta expansão pressupunha um processo de criação de uma zona de hegemonia limitada deste bloco de frações de classe, uma espécie de sub-hegemonia regional.

Nos países periféricos e subordinados, onde as crises cíclicas do capitalismo possuem um efeito extremamente destabilizante, as classes dominantes têm tido dificuldades de constituir um projeto de desenvolvimento estável, que agregue todas as classes sociais em uma ideia de distribuição da acumulação de riqueza. Em via de regra, estas classes dominantes se subordinam a um projeto estrangeiro de dominação e desenvolvimento capitalista, constituindo uma situação de dependência e se adaptando a brechas “econômicas” para cumprir um papel suplementar.

3.2 AS BASES SOCIAIS DA POLÍTICA DE HEGEMONIA REGIONAL

Entre tantas mudanças políticas na disposição das forças sociais, uma parte muito relevante da burguesia brasileira percebeu que a política de subordinação ao regime internacional liderado pelas grandes potências, traço permanente do capitalismo brasileiro, predominante durante a década de 1990, transformou a economia brasileira em uma economia compradora e totalmente dependente. Essa política acabou por favorecer, quase que exclusivamente, a burguesia financeira e uma fração diretamente dependente e subordinada da burguesia brasileira ao regime econômico internacional e à supremacia estadunidense. A equação surgida em 1994 com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, após anos de embate entre modelos de desenvolvimento desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, estabeleceu uma frente política que agregou empresários, trabalhadores e setores médios e cuja força dirigente era o setor altamente vinculados ao sistema financeiro internacional. As altas taxas de juros praticadas no Brasil, o programa de privatizações, a abertura comercial ao mercado mundial e um conjunto de medidas de desregulamentações financeiras e trabalhistas deram as bases materiais para os ganhos de acumulação deste setor financeiro e rentista, dirigente deste bloco político. (BERRINGER, 2015).

De 1990 a 2002, predominaram, na coalizão hegemônica no Brasil, as medidas e políticas de caráter neoliberal, centradas no mercado, nas privatizações, abertura comercial e liberalização dos fluxos financeiros.

Quanto a este último aspecto, os anos 1990 representaram um importante ponto de inflexão na trajetória do capitalismo brasileiro. É nesta década que podemos efetivamente identificar um corte com o nacional-desenvolvimentismo. Este momento caracterizou-se, como é sabido, pela execução das reformas orientadas para o mercado. Do ponto de vista ideológico, observou-se a articulação de um consenso entre os empresários em torno da postura neoliberal de questionamento do modelo econômico consagrado nas décadas anteriores. Questionavam, sobretudo, o teor estatista da estratégia desenvolvimentista. Persistiu, porém, um amplo desacordo quanto aos aspectos mais específicos do novo modelo calcado no mercado, notadamente quanto à forma e ao ritmo de implementação dos itens da nova agenda, como a privatização e a liberalização comercial. (DINIZ, 2010, p. 106).

Com esse bloco de forças na direção política, as contradições entre as frações da burguesia sempre tencionaram a estabilidade hegemônica de tal bloco. O impeachment

de Fernando Collor foi uma expressão política destas contradições de interesses no interior do bloco dominante, servindo como fator decisivo para a rearticulação deste bloco hegemônico em torno dos conceitos da estabilidade e da modernização do capitalismo no Brasil. (BERRINGER, 2015, p. 92)

No entanto, as políticas monetaristas constantemente puseram em contradição os setores financeiros com os setores industriais não internacionalizados da burguesia. As privatizações de empresas estatais, a desobstrução das barreiras protecionistas e a força econômica das empresas do setor financeiro aliado a grandes empresas internacionais, progressivamente, aprofundaram as contradições com os setores empresariais sem acesso a estas fontes de acumulação de capital e ampliação de lucros.

A burguesia industrial viu seu peso diminuir e com isto sua taxa de acumulação. Isto fica demonstrado pela participação econômica descendente da indústria no desempenho do PIB nacional geral durante a década de 1990 (Figura 1). Este período foi marcado por um processo combinado de desindustrialização e desnacionalização da indústria. “A mudança mais marcante no plano produtivo foi a desnacionalização do setor industrial, que em muitos casos se somou à desindustrialização”. (BERRINGER, 2015, p. 94).

Em seu estudo, Eli Diniz (2010) descreve os setores nacionais da burguesia que estavam sendo afetados negativamente por esta política do período FHC em favor dos setores e empresas multinacionais: a indústria de bens de capital, de autopeças e produtos eletrônicos e a indústria têxtil. Efetivamente, tratou-se de um processo acelerado de desnacionalização e perda de espaço desta indústria menos inserida. A economia brasileira passou por uma profunda reestruturação, aumentando o peso do capital internacional em comparação com o capital nacional.

Esta insatisfação gerou uma alteração no bloco hegemônico no Brasil. A transição da década de 1990, última década do século XX, para a década de 2000, primeira década do século XXI, foi marcado pela erosão do bloco de forças que se formava em torno das políticas de estabilidade econômica, desregulamentação do mercado e da produção e a aproximação subordinada havida com as economias capitalistas centrais, europeias e, notadamente, estadunidense. Houve efetivamente uma ruptura entre os setores da burguesia brasileira em torno do consenso que sustentou o bloco neoliberal e suas transformações.

Os últimos anos da década de 1990 revelam algumas mudanças em relação à situação até aqui descrita. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que este momento representou o fim do ciclo das reformas liberais. Em segundo lugar, do ponto de vista da configuração das forças políticas, surgiram fortes indícios de uma ruptura do consenso em que se sustentou o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, baseado na prioridade absoluta da meta da estabilização econômica e disciplina fiscal. (DINIZ, 2010, p. 110).

Do ponto de vista das classes populares e setores médios, da mesma forma, a política do equilíbrio fiscal acabou por erodir o valor dos salários e diminuir os postos de trabalho, fazendo com que os setores destas classes que tinham proximidade ou davam apoio a esse bloco se vissem obrigados a dele se afastar. Esta mesma política de priorização do equilíbrio fiscal incapacitou o Estado para implementar um plano de investimentos públicos, tanto em infraestrutura quanto em serviços. O ponto culminante desta redução drástica do investimento estatal foram as crises energéticas de 2000 e 2001. A crise cambial de 1999, que retraiu os investimentos internacionais no Brasil, acabou por criar um quadro conjuntural de grande recessão, o que, efetivamente, corroeu a aliança deste bloco social e as condições para que a fração dirigente continuasse mantendo a estabilidade dessa hegemonia. A soma destes elementos acabou por dilapidar os apoios a esse programa.

Os elementos para uma transição de um bloco de forças no poder para outro bloco, assim como para a mudança da fração dirigente deste bloco, se constituíram nesta passagem de século e pelas razões do esgotamento momentâneo da estratégia neoliberal.

A candidatura de Lula da Silva às eleições presidenciais de 2002 expressou, no plano político-eleitoral, a constituição de um novo bloco de forças sociais que reuniu as classes trabalhadoras e a burguesia não internacionalizada crítica com o programa de estabilização e incorporação subordinada às economias centrais. Este bloco se formou em torno das ideias da retomada dos investimentos estatais em infraestrutura, busca de novos focos prioritários para as relações comerciais e econômicas internacionais – com prioridade de uma maior integração com os países do MERCOSUL e obstrução à integração ao ALCA – e diminuição da taxa de juros, comprometendo-se, entretanto, com a estabilidade monetária e o controle do déficit público como garantia da liquidez da dívida. (LULA DA SILVA, 2002).

Igualmente, os compromissos eleitorais assumidos por Dilma Rousseff (2010) expressavam os mesmos sentidos políticos, deixando claros os objetivos estratégicos de

seu governo ao expressar programaticamente a vocação hegemônica das políticas pactuadas com seu bloco social de apoio.

A política externa do governo Dilma dará ênfase especial aos processos de integração sul-americana e latino-americana, à cooperação Sul-Sul (Bric, Ibas) e à solidariedade com os países pobres e em desenvolvimento. Nossas parcerias tradicionais serão preservadas e ampliadas. A política externa será instrumento importante para o aumento e diversificação geográfica de nosso comércio exterior e para a expansão de nossos investimentos e iniciativas de complementação produtiva. (ROUSSEFF, 2010, p. 17).

Já na “Carta aos Brasileiros”, lançada durante a campanha eleitoral presidencial de 2002 (LULA DA SILVA, 2002), as bases programáticas deste bloco estavam lançadas.

Os pontos principais do documento-compromisso eleitoral foram os seguintes:

1. Novo modelo econômico com ampla discussão nacional;
2. Crescimento com estabilidade econômica, respeito aos contratos e obrigações do país e manutenção do superávit primário nas contas públicas;
3. Combate à inflação com geração de empregos;
4. Valorização do agronegócio e da agricultura familiar;
5. Reformas que desonerem a produção e políticas industriais com estímulo às atividades produtivas;
6. Política externa voltada a promover os interesses comerciais e remover obstáculos impostos pelos países ricos.
7. Vasta coalizão interclasses para a sustentação deste modelo.

Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2014) estabeleceram um conjunto de medidas que expressaram, incluindo sua própria composição, essa coalizão interclasses. Tais políticas constituíram um quadro de ações que pretendeu iniciar um processo de reversão da dinâmica até então estabelecida e consolidar as bases políticas deste bloco de forças.

Esse bloco de forças foi composto pela grande burguesia interna, formada pela burguesia industrial de manufaturados, burguesia da indústria da construção civil e burguesia agrária exportadora, em aliança de interesses com a classe trabalhadora. Esse bloco se constituiu em torno de um programa de financiamento das empresas nacionais em fase de internacionalização, proteção ao mercado interno, da conquista de novos mercados e do aumento do poder aquisitivo das classes trabalhadoras, além da ampliação dos investimentos estatais em infraestrutura e nas políticas sociais. (BERRINGER, 2015).

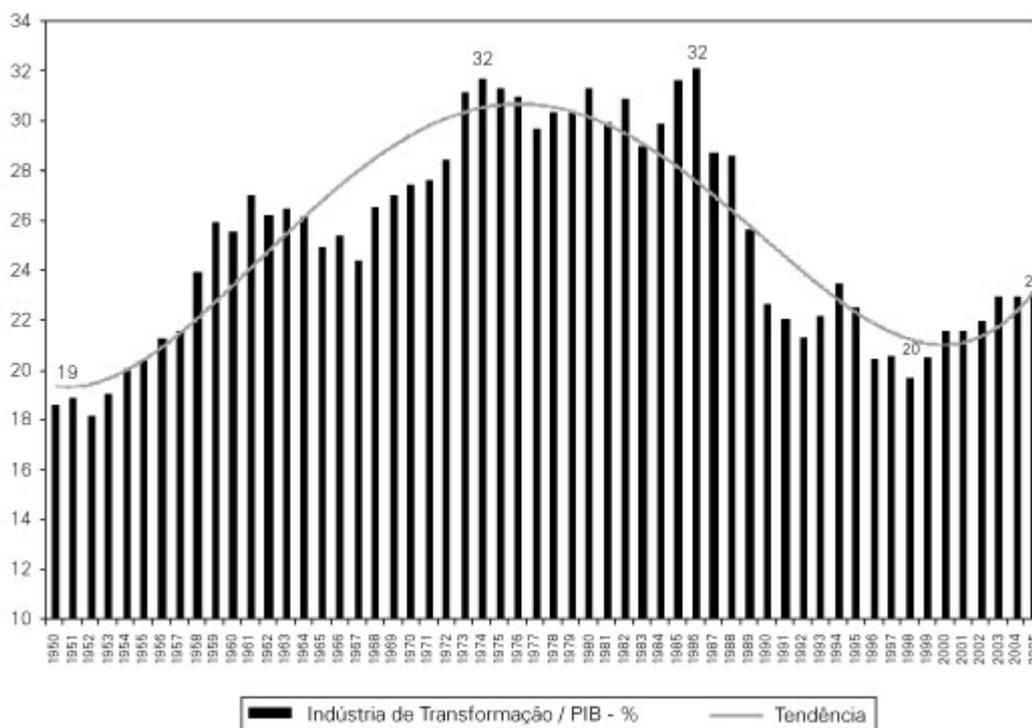
A retomada da força da indústria esteve no centro desta estratégia devido às premissas, muito aceitas no campo nacionalista e desenvolvimentista, de que a industrialização é o principal fator gerador de crescimento econômico nas economias capitalistas. (OUREIRO; FEIJÓ, 2010).

Para Oureiro e Feijó (2010), a literatura de caráter heterodoxo confere à indústria um papel primordial no desenvolvimento pela sua capacidade de ganhos em escala – o que é decisivo para o crescimento visto em longo prazo, sendo o principal vetor de desenvolvimento tecnológico. A retração da indústria é, portanto, um fenômeno de impacto negativo no processo de crescimento, pois reduz o progresso tecnológico e aumenta os obstáculos externos ao crescimento.

As políticas ortodoxas levadas à cabo na América do Sul e no Brasil, em especial, criaram um processo de refluxo do setor industrial. Ainda segundo José Luís Oureiro e Carmem Feijó (2010), o peso da indústria nas economias do Cone Sul e Brasil em sua relação com o emprego passaram de 17, 4% do total de trabalhadores empregados em 1960, 17,2% em 1970, 16, 2% em 1980 e 16,6% em 1990 para 11,8% desse total em 1998. Ou seja, uma queda constante durante este período, mas expressivamente maior entre 1990 e 1998.

Em sentido inverso, a indústria possui alto valor agregado e impulsiona rapidamente o crescimento geral do PIB nacional, empurrando para cima a taxa de crescimento econômico; no geral, onde se inicia um processo de crescimento industrial, tem-se como decorrência um aumento da produtividade industrial, gerando um efeito geométrico no crescimento econômico; a indústria possui capacidade multiplicadora; seu crescimento impulsiona o aumento da produtividade nos setores com ela relacionados, como serviços, extrativismo e agricultura. (LOURES; OUREIRO; PASSOS, 2006).

Figura 1 – Brasil: Participação da Indústria de Transformação no PIB - %



Fonte: Oreiro e Feijó (2010).

Esta crise produzida ao longo da década de 1990, resultado das políticas derivadas do “Consenso de Washington” (OUREIRO; FEIJÓ, 2010), criou as condições objetivas para um deslocamento de setores da burguesia no sentido da construção de um novo bloco de poder no Brasil, em aliança com as classes trabalhadoras em busca de um novo ciclo de crescimento econômico que gerasse um aumento da acumulação de capital nos setores da burguesia secundarizados no período anterior e ganhos salariais e sociais à classe trabalhadora, igualmente contidos e diminuídos no período anterior.

Os setores menos vinculados ao processo importador e comprador e menos internacionalizadas foram os setores da burguesia que produziram esse deslocamento político em direção a um novo bloco de forças. São eles setores predominantemente de capital nacional vinculadas à produção. Também o setor empresarial agrário deslocou-se, em contradição com a política levada a cabo nos anos 1990. Em especial, as movimentações dos governos Lula da Silva na “rodada Doha” de negociação de preços e barreiras alfandegárias serviram para, dentro desta política de defesa da economia nacional, aglutinar este bloco de forças.

As classes trabalhadoras, igualmente, encontraram nessa política possibilidades maiores de ganhos materiais, seja pela estratégia de investimentos públicos e de crédito

ao consumo, seja pelas medidas de caráter desenvolvimentistas que estabeleceram uma perspectiva concreta de aumento dos postos de trabalho e do valor do trabalho. (BOITO, 2012)

O sentido comum entre estas classes sociais e suas frações dirigentes em torno da opinião de que a adesão do Brasil ao Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) seria nociva para seus interesses construiu as condições para a inversão da política internacional na década de 2000.

Também, este bloco produziu uma redefinição prática do papel do Estado. Se no consenso hegemônico neoliberal o Estado cumpre um papel facilitador, orientado para a liberalização dos mercados, desregulamentação da economia e retração dos investimentos sociais (PUREZA, 2002), neste esforço contra-hegemônico ocorrido no Brasil, o Estado deveria cumprir o papel construtor de áreas autônomas onde se pudesse estabelecer uma estratégia econômica autóctone, estabelecendo as condições para a edificação de um mercado cativo à burguesia brasileira não internacionalizada e, aos trabalhadores, aumento do emprego e do valor do trabalho, com maior proteção. Este bloco permitiu a intervenção do Estado na economia e a assertividade na política externa em função do aumento do crédito ao consumo, pela oferta de subsídios à sua internacionalização, pela ampliação dos investimentos estatais e pela ampliação de mercados externos para sua atuação. (BERRINGER, 2015).

3.3 A BUSCA DA HEGEMONIA POLÍTICA ATRAVÉS DE ESTRATÉGIAS COMBINADAS

A busca pela hegemonia política pelo Brasil se deu a partir da articulação de dois conceitos, o de estabelecimento de uma zona de autonomia, livre da ingerência da potência hegemônica mundial na América do Sul, e o conceito de compartilhamento do desenvolvimento no interior desta zona da autonomia sul-americana.

A construção desta zona de autonomia se daria através da constituição de fóruns regionais e ampliação das relações políticas e econômicas em seu interior. Já o conceito de compartilhamento do desenvolvimento nesta zona se materializaria através de medidas de cooperação econômica.

O sentido maior desta estratégia é o de estabelecer, a partir da condição de hegemonia política regional, um reposicionamento no sistema internacional para alterar o peso do Brasil nas relações entre os países e suas economias. Em um ambiente político

institucional de questionamento da unipolaridade dos Estados Unidos, o bloco de classes hegemônico no Brasil levou o Estado brasileiro, e seu governo, a desenvolverem ações que lhe reposicionassem gradualmente na arena global. Segundo a retórica oficial do Estado brasileiro, essas ações não possuiriam capacidade, ou mesmo intencionalidade, para uma grande ruptura desse sistema. Antes, tratar-se-ia de um esforço gradual de mudança ascendente de posições e aumento da capacidade política de influência e barganha. Essa retórica oficial, entretanto, expressava mais uma tática de caráter dissimulatório, componente da racionalidade dos movimentos de tipo não-conflitivo da ação hegemônica da fração dirigente do governo brasileiro, do que um limite às relações continentais.

No artigo em que aborda a estratégia de inserção do Brasil no contexto de multilateralismo, Ramanzini (2013) detalha conceitos que ajudam na definição de que esta política de construção de uma zona de autonomia sul-americana sob liderança brasileira e a utilização dos instrumentos da cooperação para realizá-la têm caráter estratégico. Quando esta parceria se pauta pela finalidade da autonomia e do desenvolvimento, torna-se contributiva para o aumento da capacidade de manobra e barganha no sistema internacional. Pois este é o caso: a condição do Brasil de maior economia da América do Sul e a, então, progressiva (ainda que não estável) condição de liderança política permitiram aos demais países do sistema internacional enxergar o Brasil – tanto no sentido horizontal das relações sul-sul com os países emergentes e os vizinhos regionais, quanto em sentido vertical com os países ricos e desenvolvidos – como protagonista emergente capaz de, ao menos relativamente, interferir, acordar, interditar e impactar negociações no âmbito das relações entre Estados.

No caso da América do Sul, esta liderança econômica está na base da hipótese hegemônica de que os países do entorno poderiam vir a consentir ao Brasil a posição de garantidor da nova ordem política na região. Ou seja, que se transformasse em força hegemônica regional.

Assim, a defesa do multilateralismo, da diversificação de relações e do aumento da autonomia regional foram políticas relevantes para compreender essa estratégia de reposicionamento. A ação no sentido de empreender um conjunto de políticas que determinassem a consolidação gradual e permanente de uma nova posição de maior projeção e influência do que a imediatamente anterior, expressa a dinâmica de construção de hegemonia regional.

3.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA ZONA DE AUTONOMIA

O Brasil buscou ampliar seu protagonismo político e econômico internacional durante os governos Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2014) a partir da defesa da multilateralidade das relações internacionais. Essa defesa fortaleceu a perspectiva de liderança brasileira através da relação negativa com a unipolaridade exercida pelos Estados Unidos da América. A ampliação do protagonismo do Brasil se deu em um cenário e contexto de erosão do consenso neoliberal na América do Sul. (LIMA, 2012)

Com a eleição de governos de centro-esquerda não neoliberais, na Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela, além, obviamente, do próprio Brasil, a partir do fim da década de 1990 – os quais expressavam novos blocos de classes sociais e novas frações dirigentes nos quadros políticos de cada um dos países –, a agenda das relações internacionais no continente sofreu uma relevante mudança.

A região retomou uma pauta de reestruturação do papel articulador do Estado e de desenvolvimento e crescimento das economias destes países, alicerçada no crescimento do mercado interno, do incentivo às empresas locais e de políticas de inclusão social e distribuição de renda, além de uma política externa cujo sentido foi o de revisar o alinhamento automático com a potência hemisférica hegemônica, com o objetivo comum de estabelecer uma região autônoma.

As transformações profundas na cooperação sub-regional com a formação da Unasul, as mudanças no Mercosul com maior ênfase na dimensão política, na inclusão de mecanismos de participação da sociedade civil e uma inédita preocupação com a assimetria estrutural e a constituição da Alba, sob liderança venezuelana, levaram ao que a literatura denominou regionalismo pós-liberal, cujas características são: primazia da agenda política, papel do Estado na coordenação econômica, preocupação com questões sociais, que vão da neutralização das assimetrias estruturais entre os países à inclusão de amplos segmentos antes excluídos dos direitos da cidadania política e dos benefícios econômicos com a erradicação da pobreza na região. (LIMA, 2013, p. 185).

Os Estados Unidos da América efetivamente exercem uma hegemonia política histórica, ao longo do século XX, sobre o hemisfério ocidental. Ainda que questionada em muitos aspectos com a emergência do protagonismo das relações sul-sul, a hegemonia política estadunidense ainda não foi desmanchada – as potências emergentes ainda não

constituíram as condições completas para uma substituição de hegemonia, e tampouco os EUA viram sua capacidade hegemônica ser destituída. (PECEQUILO, 2012).

Os Estados Unidos possuem uma política de obstaculização da emergência e articulação de potências regionais em sua área de influência. A estratégia estadunidense para a manutenção de sua liderança se baseia na imposição de regimes democrático-liberais, na integração econômica subordinada dos países do hemisfério, na manutenção da liderança tecnológica e alta capacidade de projeção de força militar e na projeção de natureza ideológica. (GUIMARÃES, 2005).

Para além das variáveis apresentadas por Samuel Guimarães (2005) , também é relevante acrescentar que a intervenção política dos Estados Unidos da América no continente sul-americano, a despeito da ocorrência desse aspecto em outras regiões do planeta, também tem se dado pela desestabilização de governos não alinhados ou conflitivos com sua política externa.

O Brasil não possuía, naquele período da primeira década do século XXI, e continua não possuindo nos dias atuais, condições operacionais, capacidade militar e envergadura econômica suficientes para impor este conceito de distanciamento e autonomização em relação aos seus vizinhos e, tampouco, à própria potência global hegemônica, os Estados Unidos, isoladamente, sem a constituição de uma aliança estre os Estados da região que aja positivamente nesse sentido. A materialização desta política de criação de uma zona de autonomia em relação à potência hegemônica na América do Sul (SVARTMAN, 2014) se deu de forma branda, declarando a intencionalidade da diversificação das relações e não declarando a intencionalidade de distanciamento e contrapeso à presença dos EUA na região, em uma retórica diplomática de dissimulação.

Neste período, cresceram as iniciativas transversais em direção aos países em desenvolvimento, expressas na institucionalização das relações com a Índia e a África do Sul com o IBAS, na consolidação do bloco BRICS, com a Rússia, Índia, China e África do Sul, e na constituição do G20², bloco de países que visa a liberalização do comércio agrícola internacional, no sentido da diminuição de assimetrias em relação aos mais ricos. Estas opções acabaram por ampliar a capacidade de barganha política e comercial do

² Bloco de países formado em 20 de agosto de 2003, composto, atualmente, por 23 países em desenvolvimento: África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão, Tailândia, Argentina, Bolívia, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e o Brasil.

Brasil, o que lhe conferiu a legitimidade política suficiente para propor esta política de zona de autonomia aos países da América do Sul.

Assim, foi a soma de um conjunto de variáveis que permitiu o surgimento desta agenda de uma zona de autonomia e liderança na América do Sul, com relativa liberdade de movimentação política para os países da região. No que diz respeito às movimentações dos Estados Unidos, sua crise político-econômica, em especial nos anos 2005 a 2011, a reorientação de seu foco em direção ao Oriente Médio, derivada da “guerra ao terror”, a falta de oferta de políticas positivas para a região e uma relativa perda de influência global com a criação de fóruns multilaterais abriram uma espécie de brecha de liderança na região – o que, mais recentemente, o governo Barack Obama tentou balancear (PECEQUILO, 2012).

Por sua vez, o Brasil viu, naquele período, sua capacidade de trânsito político global desobstruída em função do crescimento econômico deste período do século XXI, da ampliação de suas reservas energéticas, em especial a partir do anúncio da descoberta do manancial petrolífero do pré-sal, e de uma política assertiva no plano internacional, que lhe fez ocupar posição de protagonista na criação de mecanismos de contraposição e balanceamento à hegemonia dos Estados Unidos, como a UNASUL e, após, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ambos em 2008, além da integração, ao Mercosul, primeiro da Venezuela, em 2006, e, então, da Bolívia, em 2012, o que fortaleceu o bloco a despeito de todas as tensões, as quais perduram inconclusas até hoje.

O CDS e a UNASUL foram movimentos-chave na busca da construção dessa zona autônoma na América do Sul. Em seu âmbito, pactuaram-se acordos de cooperação e conceitos que, gradualmente, foram constituindo a materialidade da autonomia e da cooperação.

O Conselho de Defesa Sul Americano, em debate na região, criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região. (BRASIL, 2012b, p. 59).

No mesmo sentido, no Livro Branco de Defesa Nacional, a retórica oficial brasileira expõe o paradigma da relação com a América do Sul e a relevância da construção política de fóruns sul-americanos, afirmando que:

Na América do Sul delineia-se uma clara tendência de cooperação em matéria de defesa. Esta tendência tem sido constantemente reforçada desde a criação da União das nações Sul-Americanas (UNASUL) e, especialmente, do seu Conselho de Defesa (CD). (BRASIL, 2012a, p. 29).

A pauta de atrito também foi um fator de afirmação da liderança brasileira na região. Balanceando ora com agendas conflitantes com os Estados Unidos – como na crise de Honduras e no Irã, quando do acordo nuclear tripartite envolvendo Brasil, Turquia e Irã –, ora como interlocutor e mediador entre os Estados Unidos e os demais países da região, em especial com a Venezuela, que possui uma retórica política mais agressiva, o Brasil fez crescer sua importância política regional com trânsito global, tornando-se protagonista das coalizões e fóruns regionais que criaram este espaço autônomo dos países da América do Sul. O crescimento da liderança regional brasileira, ao ponto de tornar-se um protagonista global, está condicionado também pela crescente estruturação, industrialização, complexificação e desenvolvimento da economia nacional, o que lhe permitiu ganhar estágios no processo de autonomia e distanciamento da liderança estadunidense. (AMORIM NETO, 2011).

Neste ambiente de reversão do sentido hegemônico das relações internacionais na região, surgiu ou se consolidou um conjunto expressivo de iniciativas de integração e regionalização, de caráter multipolar, as quais criaram dinâmicas econômicas e políticas que ampliaram, proporcionalmente, o poder de barganha dos Estados sul-americanos. De modo global, as relações multipolares permitiram aos países emergentes, em via de regra, ampliar sua influência internacional na relação com os países desenvolvidos. A multipolaridade permitiu uma simbiose de objetivos entre os países emergentes e, em especial, credenciou o Brasil para um exercício de liderança regional e global relevante, ainda que limitado.

[...] A ênfase se deslocou para formas de luta representadas pela segunda metáfora (guerra de posição), quando determinadas macro agregações de estados [...], tentaram concretizar a fórmula da autossuficiência coletiva, além da negociação global e do multilateralismo [...]. (CARNEVALLI, 2005, p. 57).

Este esforço de criação de uma área de autonomia na América do Sul fez com que o Mercosul e a integração do subcontinente fossem tratados com principalidade na política externa dos governos no período 2003 a 2014. Segundo Silva, “A política externa brasileira em relação ao em torno regional tem como prioridade a reconstrução do

Mercosul e a integração sul-americana, criando um espaço para a liderança brasileira”. (SILVA, 2014, p. 69).

3.5 O COMPARTILHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

A cooperação industrial é chave nesta política externa assertiva do período. A complementariedade na produção dá concretude à ideia de compartilhamento econômico, portanto, de distribuição de lucros, tributos e empregos entre as economias dos países desta aliança estratégica. Assim, buscar-se-ia consolidar a ideia de crescimento econômico conjunto e compartilhado, permitindo agir no sentido de não consolidar a percepção da ideia de que havia qualquer intenção de substituir os Estados Unidos no papel de supremacia, o que distanciaria o Brasil dos demais países da região. No documento Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012b), em sua introdução, o governo brasileiro procura prevenir-se desta interpretação, buscando convencer os demais países de que não pretende exercer a hegemonia na região: “O Brasil ascenderá ao primeiro plano no cenário internacional sem buscar hegemonia. O povo brasileiro não deseja exercer domínio sobre outros povos. Quer que o Brasil engrandeça sem imperar”. (BRASIL, 2012b, p. 41).

Com esse compartilhamento, o Governo brasileiro pretendeu que se criassem condições políticas, nas relações externas, para o aumento da presença e do exercício da liderança regional almejada pelo Brasil. Pretendeu que, a partir de atos declaratórios que deixassem claro que o Brasil não tinha interesses de supremacia, os demais países consentissem no papel de liderança para o Brasil. Se a política externa se orienta a produzir percepções e interpretações sobre os demais Estados (SAINT-PIERRE, 2013), essa é a percepção que o Estado brasileiro quer produzir sobre seus vizinhos sul-americanos: o de liderança cooperativa para um desenvolvimento compartilhado. Trata-se de um esforço em oferecer uma liderança de sentido contrário ao padrão usual da liderança exercida pelos Estados Unidos da América, de fato. Se o esforço de hegemonia de uma potência se caracteriza pela universalização de seus valores e interesses econômicos, o esforço de construção de uma nova liderança é perseguido pelo surgimento de um questionamento aos valores e interesses da liderança a que quer substituir.

A narrativa política assumida pelo Governo brasileiro e o novo bloco histórico hegemônico neste período estava assentada no esforço de não consolidar nos demais Estados uma opinião de que haveria uma intencionalidade de supremacia por parte do

Brasil. A política de construção de um bloco regional na América do Sul, apoiada na ideia da cooperação e do compartilhamento, tinha o propósito de construir a legitimação do Estado brasileiro perante os demais Estados e buscava dar aos procedimentos e aos mecanismos de relacionamento no interior desse bloco força legitimadora para essa pretensão de liderança do Brasil.

Os próprios procedimentos e pressupostos de justificação são, de agora em diante, as razões legitimadoras sobre as quais se funda a validade das legitimações. A ideia de um acordo levado a cabo por todos, mais precisamente por sujeitos considerados livres e iguais, determina o tipo procedimental de legitimidade da modernidade. (HABERMAS, 2016, p. 391).

A eficácia desta legitimação é dependente direta de sua aceitação por parte dos outros Estados, como também do sistema político interno à nação. Daí deriva a força para produzir os acordos e consensos. A constante promessa de contra-hegemonia, não no sentido de uma substituição de hegemonia, mas de alteração da agenda hegemônica dos interesses singulares da potência dominante para a agenda dos interesses comuns, contida nos documentos relevantes da política internacional e de defesa do Brasil, expressam esta busca da legitimação da liderança brasileira.

A proposta de uma política de autonomia regional, entretanto, não possui a capacidade de rompimento desta hegemonia, mas inflexiona para uma agenda de maior independência e maior barganha, a qual pode, então, vir a criar as condições para uma nova hegemonia e um novo sujeito hegemônico. Enfim, a busca da legitimação da liderança política brasileira foi o caminho escolhido pelo Estado brasileiro para o esforço de construção da hegemonia.

A suavização da inconformidade social e da oposição sistêmica de classes é outro aspecto relevante para a legitimação de um Estado. A construção de um bloco regional não dirigido pela potência hegemônica continental, com base na premissa da cooperação e compartilhamento industrial, se apresentou para os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff como um mecanismo de ampliação do mercado consumidor e do espaço para o crescimento da economia brasileira. Isto porque a legitimação política, também, está relacionada à capacidade do Estado em deter os efeitos colaterais disfuncionais do processo econômico e manter a coesão do bloco de forças sociais que sustenta a política geral, inclusive internacional, do Estado. A eficácia desta função determina o grau de legitimação do Estado. Assim, a expansão do mercado econômico para além das

fronteiras nacionais funciona como um elemento de legitimação e superação da crise de legitimidade do Estado – fator determinante para a construção de hegemonia, simultaneamente, interna e externa.

Esta estratégia de compartilhamento dos benefícios da projeto de autonomia regional é essencial para a diminuição da tensão e da contenção de movimentos de obstrução a essa integração e à liderança pretendida pelo Brasil, que os demais países poderiam, eventualmente, efetivar. Em sua projeção de liderança, é essencial que o Brasil seja protagonista desta integração regional de modo a ser percebido, pelas potências extrarregionais, pelos demais países emergentes e por outros países não desenvolvidos, como liderança do bloco. A integração agrupou, não de forma automática, os países sul-americanos ao Brasil e o Brasil aos vizinhos, através de acordos de cooperação materiais e concretos.

A liderança assentada na cooperação é uma estratégia de construção de hegemonia. À cooperação é dada um sentido instrumental para a construção de um bloco organizado a partir da capacidade hegemônica de quem empreende esta estratégia. (CARNEVALI, 2005).

A oferta de cooperação e de compartilhamento do desenvolvimento expressa uma intencionalidade cujo objetivo é a construção de um bloco de Estados organizados em torno das possibilidades geradas pela dinâmica da economia do Estado que pretende a hegemonia. Cooperar, significa, neste contexto, criar as condições, através de ganhos e barganhas, para que haja consenso e adesão a respeito da vocação e vontade hegemônica do Estado ofertante dessa cooperação.

A estratégia de cooperação desenvolveu-se a partir da pauta da integração e constituição de um bloco regional, da aceitação de cada Estado da ideia de vinculação das suas políticas internacionais aos demais Estados componentes do bloco regional, organizados em torno de uma projeção de desenvolvimento econômico compartilhado.

O Governo brasileiro buscou tornar as parcerias estratégicas bastante interessantes aos países da região, apresentando-as como forma de superação do problema da pequena escala das economias tomadas isoladamente. Na agenda de vocação hegemônica brasileira, estruturada em torno da autonomia regional e do compartilhamento do desenvolvimento³, esta integração regional torna as parcerias estratégicas com o Brasil

³ Como desenvolvi na página 9, o Governo brasileiro apresentou uma agenda aos demais países do continente sul-americano em torno dos seguintes eixos: a narrativa de não-

um mecanismo de ampliação do mercado consumidor e produtor. A crise econômica dos países desenvolvidos nos anos 2000 e a competição entre eles abriu espaço para os emergentes, como o Brasil, ampliarem suas relações assimilando capacidades.

Entretanto, a manutenção desta articulação sul-americana está vinculada à disposição do Estado brasileiro em distribuir estes benefícios entre os países do bloco e manter, por um longo período, esta distribuição. Esta estratégia de cooperação e compartilhamento do desenvolvimento, bem com a estratégia de autonomia regional, exige uma dinâmica e um pacto estável, um comprometimento mútuo de longo prazo e a disposição de manter os custos desta estratégia ao longo do tempo. (DOMINGUES, 2013).

A construção de um bloco regional não dirigido pela potência hegemônica continental, com base na premissa da cooperação e compartilhamento industrial, teria o sentido de ampliar o mercado consumidor e o espaço para o crescimento da economia brasileira. Esta expansão da presença brasileira no continente estava assentada na expectativa da economia brasileira em ampliar seu mercado de consumo para a América do Sul. Portanto, esta visão de hegemonia regional era constituída de forte racionalidade econômica e contou, até certo ponto, com a adesão de setores empresariais brasileiros à essa premissa acima mencionada. (BERRINGER, 2015).

A capacidade de construção de parcerias estratégicas e blocos regionais se apresentou ao Brasil como uma possibilidade para a construção do tão desejado espaço internacional para o desenvolvimento e crescimento econômico. Assim, permitiu dar racionalidade ao esforço de construção de uma agenda alternativa de políticas de crescimento econômico para a região, que lhe conferiu legitimidade frente aos seus vizinhos. Esta legitimidade está alicerçada na ideia da cooperação para o desenvolvimento doméstico e da construção de bens públicos regionais em uma espécie de compartilhamento da prosperidade econômica na região.

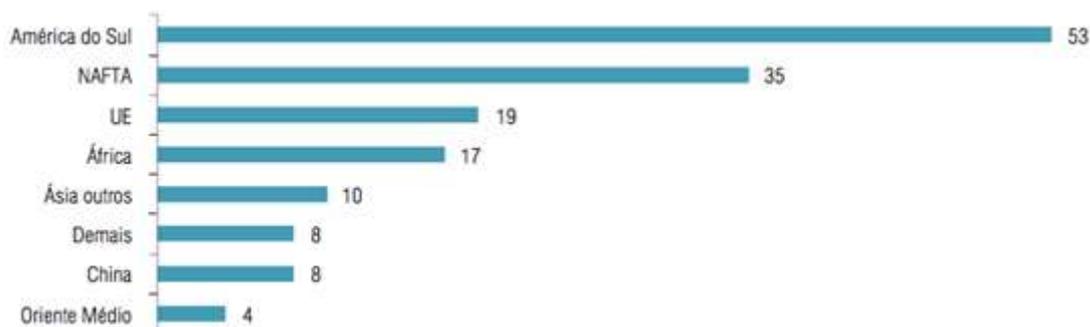
Esta liderança, em que pese a retórica não-hegemonista do governo brasileiro, no período, (BRASIL, 2012b), foi sendo materializada através de mecanismos de parceria

supremacia repetida sistematicamente pelo Estado, a oferta de cooperação na indústria de defesa, a criação de uma zona de exclusão da potência hemisférica, a defesa sistemática da integração sul-americana, a ampliação da presença econômica brasileira nesta zona, a unidade do bloco de forças dirigente no país e o ativismo multilateral do Brasil no mundo.

estratégica e complementação econômica, com a presença de capital brasileiro nas economias vizinhas, da abertura de linhas de financiamento, através do banco estatal de desenvolvimento (BNDES), para investimentos tanto públicos quanto privados, da ampliação de infraestrutura através de acordos como a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e de parcerias industriais, notadamente na área de defesa, além de maior iniciativa política nas articulações internacionais e da busca de acordos comerciais conjuntos com países fora da região. (COUTO, 2013).

O volume de investimentos diretos da indústria brasileira na América do Sul expressa o peso da região na política de crescimento econômico do Brasil e a dinâmica concreta deste processo de construção da hegemonia. Segundo o relatório da CNI, a América do Sul é o destino de mais de 30% dos investimentos empresariais brasileiros, sendo a Argentina, em particular, destino de 15% deles. Em pesquisa realizada em 2013 pela CNI, no âmbito da Mobilização Empresarial para a Inovação, junto a 28 empresas transnacionais brasileiras, identifica-se a América do Sul como o principal destino final dos investimentos brasileiros. (CNI, 2013).

Figura 2 – Localização dos investimentos externos de 28 empresas da amostra da pesquisa CNI (2013)



Fonte: CNI (2013).

O principal instrumento político deste processo de internacionalização de empresas brasileiras e o aumento, consequente, da presença delas na América do Sul foram os programas de crédito produtivo levados a cabo, em especial pelo BNDS, o qual reformulou linhas de crédito já existentes e, a partir de 2005, deu magnitude ao financiamento dessa nova etapa da internacionalização. (CNI, 2013).

A complementariedade, seja no campo político ou no econômico, constitui-se, na política externa deste período, como materialização da vontade hegemônica não só do Estado brasileiro, mas de todo o bloco social hegemônico de então. A intervenção do

Estado brasileiro criou, durante esse intervalo, as condições para que as forças e frações de classes fossem consolidando seus interesses de ampliação de mercado, agregações tecnológicas, ganhos de escala e menor oscilação econômica.

Novamente segundo Silva (2014, p. 69): “Por meio da busca de complementariedade no continente, o Brasil procurou fortalecer-se econômica e politicamente”.

3.6 A COOPERAÇÃO APLICADA ÀS POLÍTICAS DE DEFESA

A proposta de integração nas políticas de defesa funcionou como fator de legitimidade para a política brasileira do período para a constituição de uma zona livre de potências externas, ao mesmo tempo em que funcionava como credenciamento para o exercício de liderança. A Estratégia Nacional de Defesa (END), em sua 18ª diretriz, estabelece o valor da integração sul-americana, o sentido dessa integração e da cooperação e consagra um objetivo permanente do País: estimular a integração da América do Sul. Segundo a formulação oficial, essa integração não somente poderia contribuir para a defesa, propriamente dita, do Brasil, como possibilitaria fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, afastando a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países, intencionava avançar rumo à construção da unidade sul-americana. (BRASIL, 2012b).

A política de defesa do Brasil, naquele contexto em que a posição do governo é de que o peso da decisão político-institucional assumia certa proeminência sobre as relações econômicas privadas, tornou-se chave no esforço de formação da percepção dos Estados vizinhos sobre as intenções brasileiras. (COUTO, 2013). O desenvolvimento da capacidade militar foi apresentado como um esforço de desenvolvimento econômico e capacitação tecnológica a ser compartilhado com os vizinhos como demonstração da disposição cooperativa e da não supremacia da parceria brasileira, conforme prescreve a Estratégia Nacional de Defesa (END) em suas orientações: “A integração da indústria de defesa sul-americana deve ser objeto de medidas que proporcionem desenvolvimento mútuo, bem como capacitação e autonomia tecnológica”. (BRASIL, 2012b, p. 32).

A integração da indústria de defesa surgiu, naquele contexto, como uma oferta de compartilhamento do progresso e do desenvolvimento e, simultaneamente, como comprovação das intenções, ditas nos documentos oficiais, “não-hegemonistas”, ao

mesmo tempo em que pretendia ser capaz de criar as condições operacionais para a construção da zona de exclusão das potências extrarregionais.

A busca pela assimilação e desenvolvimento de capacidade e autonomia tecnológica dos materiais de defesa e sua repercussão sobre o desenvolvimento industrial geral são invariáveis presentes nas parcerias estratégicas do Brasil. (SILVA, 2015). A busca pela densificação tecnológica da economia brasileira tem o sentido desenvolvimentista da superação do atraso em inovação derivado do cerceamento tecnológico, no sentido de superar o bloqueio e a negação ao acesso e à posse de conhecimento e tecnologias, imposto pelas potências detentoras do conhecimento e da capacidade industrial de produção independente. (LONGO; MOREIRA, 2010). Assim, assume grande valor e desperta interesse o desenvolvimento de políticas estruturantes e mobilizadoras para a capacitação da indústria de defesa, para a produção de bens e serviços de alto conteúdo tecnológico e valor estratégico. Aponta, nesse contexto, a base industrial de defesa como um pilar central de um novo ciclo de industrialização da economia nacional, baseado em setores intensivos em conhecimento e inovação.

Esta integração tem se realizado pela ampliação do fluxo comercial dos produtos e bens de defesa entre os países da região, seja de forma direta ou indireta. Ou seja, direta na compra e venda de produtos de defesa de média ou baixa densidade tecnológica; ou indireta, envolvendo os países sul-americanos como parceiros industriais de acordos bilaterais que o Brasil tenha feito ou venha a fazer com países extrarregionais. Paradigmático deste envolvimento em projetos globais onde o Brasil é líder político e industrial é o projeto do avião de transporte militar KC-390, do qual uma empresa brasileira, a EMBRAER, é líder industrial, mas outras empresas de diferentes países participam do programa: Argentina, República Tcheca e Portugal. Nesse caso, a indústria argentina está envolvida como parceira de coprodução, além de comercial.

Os países da América do Sul, entretanto, não oferecem alta capacitação tecnológica à indústria brasileira, possuindo menor capacidade de desenvolvimento tecnológico, o que significa dizer que, se não suprem totalmente as deficiências de conhecimento instaladas no Brasil, possuem média capacidade acumulada, o que faz com que as possibilidades de trocas de conhecimento não sejam desprezíveis. A América do Sul surge, então, muito mais como um mercado consumidor dos produtos de defesa, essencial para dar escala produtiva e relativizar os custos tanto da produção como do desenvolvimento (BRASIL, 2012b), restando ao Brasil buscar essa absorção tecnológica de alta complexidade em parcerias de caráter estratégico com países emergentes

extrarregionais, como Índia, África do Sul e Suécia, e potências sem pretensão hegemônica sobre o Brasil, como a França. Contudo, o fato de a América do Sul ser, hoje, mais um mercado consumidor do que um centro desenvolvidor de alta tecnologia, não lhe diminui a importância estratégica para o Estado brasileiro, como reafirmam os documentos de defesa do país. O sentido de construção de área autônoma e a projeção do desenvolvimento regional apontam para uma potencialidade econômica forte, desde que haja continuidade, integração e complementariedade nesta política de desenvolvimento regional.

A cooperação em defesa no entorno estratégico é crucial para o Brasil. A cooperação é, nesse âmbito, a melhor dissuasão. Investir nessa cooperação não é um ato de generosidade. É a maneira mais eficaz (e provavelmente, a menos onerosa) de proteger nossos interesses e nossa integridade. (AMORIM, 2016, p. 312).

Esta política de cooperação em assuntos de defesa se deu através do compartilhamento de soluções que visavam à autonomia regional. Para obtê-la, o país efetivou um conjunto de acordos que partilharam conhecimentos e capacidades já obtidas pelo Brasil. Este esforço caracteriza uma disposição, ainda que não estável ou contínua, de distribuir bens entre os vizinhos e de atraí-los para a estratégia da autonomia regional e à aceitação de sua liderança política.

Enquanto país de maior economia na região (ver Tabela 1) e com a maior complexidade na sua base industrial, o Brasil assumiu a liderança propositiva no sentido da execução de parcerias industriais na área de defesa. Estas parcerias cooperativas se deram através da combinação de diferentes estratégias. Uma delas é a das exportações, cujo grande destino dos produtos de defesa é a América do Sul, respondendo por mais da metade das exportações brasileiras de equipamentos militares. Segundo dados do Comdefesa (ANÁLISE..., 2012), ao longo da última década, os países da região absorveram 56% das exportações brasileiras, contra 25% no período 1980-1989 e 11% no período 1990-1999. Outra estratégia são os mecanismos compensatórios, como as compras recíprocas, pelas quais o Brasil estabeleceu uma política comercial de compensações, comprando material de defesa produzido nos países vizinhos a título de desenvolvimento da indústria dos países parceiros. Um claro exemplo desta política é a compra de lanchas patrulhas colombianas para a defesa da Amazônia. (AMORIM, 2016).

Também têm sido utilizadas para esta integração e complementariedade as doações de equipamento para as forças armadas de menor porte, como é o caso do

Paraguai, Uruguai, Bolívia e Equador. (BRASIL..., 2009). Outros expedientes de maior teor na troca de conhecimento têm sido as parcerias de serviços, como a transferência de tecnologia e conhecimento para a indústria colombiana modernizar aviões “Tucano”, comprados pela Força Aérea Colombiana junto à empresa brasileira EMBRAER. As maiores possibilidades, contudo, estão nos projetos de coprodução, como a parceria entre a indústria Argentina, Fábrica Argentina de Aviões, e a indústria brasileira, EMBRAER, líder do projeto, para a produção do cargueiro militar KC-390. As parcerias passaram a se materializar a partir de um conjunto de acordos bilaterais que foram abrindo caminho para projetos concretos de parceria e complementariedade na produção industrial; exemplos são os acordos de quadro de cooperação em matéria de defesa com a Argentina (BRASIL, 2005a), Peru (BRASIL, 2006), Chile (BRASIL, 2007b) e Paraguai (BRASIL, 2007a). Efetivamente, muitos desses projetos deram passos significativos no período. A Declaração de Buenos Aires, de setembro de 2013, entre os Ministros da Defesa do Brasil e Argentina, atualizou o interesse sobre os projetos de cooperação industrial, reafirmando o caráter estratégico da cooperação bilateral, ao mesmo passo que almejava o desenvolvimento de uma base industrial sul-americana.

Subrayaron el carácter estratégico de la cooperación Argentina-Brasil en el marco más amplio del establecimiento de una base industrial de defensa en Suramérica. En ese sentido, saludaron el esfuerzo de buscar no solo el intercambio comercial de los equipos producidos en cada país, sino también la importancia de proyectos conjuntos en el desarrollo de nuevos productos. Se mencionaron en tal sentido el sector naval, terrestre, aéreo y espacial. (BR-AR..., 2013).

Com efeito, vários projetos foram desenhados no período. Com a Argentina, estabeleceu-se a compra dos blindados brasileiros Guarani, possível aquisição de aeronaves de vigilância e sensoriamento remoto da EMBRAER, a coprodução do veículo militar leve Gaúcho e o compartilhamento da construção do cargueiro militar KC-390. Com a Colômbia, Peru e Chile há o interesse em cooperar nas áreas de construção e sistemas navais. Há ainda os projetos de desenvolvimento e produção de um avião de treinamento básico sul-americano, cujo nome emblematicamente é UNASUL I (DIAS et al., 2014), e um Veículo Aéreo Não Tripulado-VANT (PAÍSES..., 2014). No primeiro projeto, estão envolvidos, além da Argentina e do Brasil, a Colômbia, o Equador, o Uruguai e a Venezuela. No projeto do VANT, o planejamento se dá com todos os países componentes do Conselho de Desenvolvimento Sul-Americano.

Tabela 1 - Ordenamento dos países pelo tamanho da economia

País	Produto Interno Bruto PIB em bilhões de US em 2013
Brasil	2.416
Argentina	771
Colômbia	527
Venezuela	407
Peru	344
Chile	335
Equador	158
Bolívia	59
Uruguai	56
Paraguai	46
Suriname	7
Guiana	7

Fonte: Index Mundi (2015).

A estratégia de compartilhamento do desenvolvimento industrial de produtos de defesa, empreendida pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2014), serviu à desobstrução do caminho do Brasil no sentido de obter maior protagonismo internacional, maior integração com os países da região e de aumentar as condições para o exercício da liderança regional e liderança global emergente, na busca de hegemonia política regional.

A política de defesa assumiu relevância ainda mais significativa em um contexto de maior inserção política do Brasil nas relações internacionais. De um lado, por aspectos de correlação de forças, porque está associada ao conceito de que a uma maior projeção internacional deve corresponder a uma maior capacidade de defesa e segurança (SILVA, 2014); de outro, por aspectos econômicos, porque está associada à conquista de autonomia e independência tecnológica e potência e diversidade industrial. Efetivamente, esta política de defesa permitiu a construção de uma agenda comum com os países sul-

americanos, cujas premissas políticas são a autonomia da região e a conseqüente diminuição da influência das potências extrarregionais dos novos fóruns de integração. Assim, podemos considerar que as “(...) políticas externas e de defesa são complementares e indissociáveis”. (BRASIL, 2012a, p. 49).

Com esse compartilhamento, o Governo brasileiro pretendeu que se criassem condições políticas, nas relações externas, para o aumento da presença e do exercício da liderança regional pretendida pelo Brasil.

4 CONCLUSÃO

A política de vocação hegemônica do Brasil teve condições de desenvolver-se enquanto houve a convergência, e nos limites desta convergência, entre os interesses específicos do bloco hegemônico no Brasil e os interesses das classes e frações hegemônicas nos demais países da região, porquanto a política que rege as relações internacionais de um dado país é constituída a partir dos interesses das frações hegemônicas no cenário internacional e o seu desenvolvimento emerge da resultante entre as coincidências de interesses e das diferenças de interesse do bloco hegemônico dos outros países.

A proposta de construção de um bloco regional não dirigido pela potência hegemônica continental, com base na premissa da cooperação e compartilhamento econômico, se deu através da promessa de ampliar o mercado consumidor e o espaço para o crescimento da economia brasileira.

A construção da capacidade hegemônica também é determinada pela legitimação que esta estratégia adquire. A hegemonia, portanto, está também relacionada à capacidade do Estado em deter os efeitos colaterais disfuncionais negativos do processo econômico. A eficácia desta função determina o grau de legitimação do Estado e sua capacidade hegemônica. Assim, a expansão do mercado econômico para além das fronteiras nacionais funciona como um elemento de legitimação e superação da crise de legitimidade do Estado, o que impõe aos demais Estados uma percepção de força e capacidade de liderança, aspectos essenciais para o exercício da hegemonia. Dessa forma, o dinamismo da economia brasileira no período, com relevantes taxas de crescimento que permitiram que houvesse uma expansão do emprego e um aumento da massa salarial (COUTO, 2013), funcionou como um atrativo a essa proposta de hegemonia, garantindo a devida legitimação social desta política internacional de vocação hegemônica.

Na relação com os países do entorno sul-americano, a política de construção de um bloco regional assentado na ideia da cooperação e do compartilhamento teve o propósito de construir a legitimação do Estado brasileiro como liderança hegemônica perante os demais Estados. A política buscou dar aos procedimentos e aos mecanismos de relacionamento no interior desse bloco força legitimadora para essa pretensão de liderança do Brasil.

A base desta pretensão à liderança hegemônica é a articulação de um bloco de forças sociais em torno de uma política de expansão do mercado de consumo e da

acumulação de capital por parte da burguesia interna brasileira. (BOITO; BERRINGER, 2013, BOITO, 2012, BERRINGER, 2015). Os instrumentos do Estado foram, neste período, os mecanismos pelos quais se deu materialidade a articulação deste bloco, sendo capaz de formular uma política assertiva no plano internacional e dando ênfase à criação de zonas livres da hegemonia estadunidense ou, ao menos, onde essa se exerceria com menos intensidade e vigor.

O que se buscou foi a coalizão de estados dependentes e o fortalecimento da integração regional como instrumento para o aumento do poder de barganha nas negociações econômicas internacionais, para o acesso a mercados para exportação de seus produtos e acesso a territórios para instalação de suas indústrias. (BERRINGER, 2015, p. 164).

A mudança da fração hegemônica e a formação deste bloco de classes concedeu a devida sustentação política a uma nova estratégia nas relações internacionais do Brasil, mais assertiva, de conflitos controlados com o imperialismo, de autonomia regional, com a ideia da exclusão da potência hemisférica, e de conquista de novos espaços econômicos para a economia capitalista brasileira.

A cooperação e a autonomia foram as estratégias centrais na relação do Brasil com os países sul-americanos em seu esforço de construção de uma área de autonomia política na região, a partir de uma orientação mais assertiva da política externa brasileira, a qual pode se materializar devido à envergadura da economia nacional. A política externa brasileira na região apoiou-se nestas premissas como forma de fortalecer sua liderança e, com isso, ampliar sua capacidade de barganha em relação aos países desenvolvidos e seu espaço econômico, aumentando a presença dos grandes conglomerados brasileiros no exterior, as trocas comerciais e seu papel de agente financiador de infraestrutura regional. (SILVA, 2015).

A ideia de interdependência econômica entre os países da região e a vinculação determinante entre o desenvolvimento do Brasil e dos vizinhos embasam o esforço de “[...] criar mercados regionais operados pelas empresas ali estabelecidas” (LIMA, 2013, p. 192), base distintiva do modelo de cooperação defendido pela política externa brasileira no período. Esta política assume dimensões estratégicas, pois reúne o que Altemani e Lessa (2013) consideram como os requisitos fundamentais de uma relação desta categoria: a produção de condições para a consecução da estratégia nacional de desenvolvimento e a capacidade de relativizar a dependência econômica.

A capacidade de construção de parcerias estratégicas e blocos regionais concedeu ao Brasil o tão desejado espaço internacional para o desenvolvimento e crescimento econômico. Assim, permitiu dar racionalidade ao esforço de construção de uma agenda alternativa de políticas de crescimento econômico para a região, que conferiu ao país legitimidade frente aos seus vizinhos. Esta legitimidade está alicerçada na ideia da cooperação para o desenvolvimento doméstico e da construção de bens públicos regionais em uma espécie de compartilhamento da prosperidade econômica na região.

O esforço de construção de um espaço de liderança do Brasil no continente está assentado na ideia da legitimação pelo consentimento dos demais sobre esta liderança regional. A confiança passou a ser uma premissa chave nestas relações e para este objetivo estratégico. Segundo Lima (2013, p. 167), “Nesse contexto, ampliaram-se as possibilidades de exercício de políticas externas com maior grau de autonomia em relação ao centro e mesmo de natureza claramente anti-hegemônicas”. Nesse sentido, se enquadra o esforço sistemático do Brasil, expresso através de atos declaratórios contidos em documentos oficiais, como a END (BRASIL, 2012b), em convencer os demais países do entorno sul-americano de que não se tratava de uma ofensiva de supremacia, mas de cooperação.

A política do Brasil para a América do Sul foi tomada por essencial na projeção mundial do país, uma vez que o continente é a área de ação da política externa brasileira. Fica claro o esforço da política externa brasileira no sentido de fortalecer e estimular a emergência de um sistema mundial multipolar, no qual a América do Sul venha a constituir um dos polos e onde os Estados Unidos tenham baixa ou menor influência do que na atualidade. (GUIMARÃES, 2005). Para isto, o governo brasileiro buscou a ampliação da cooperação, com a decorrente diminuição da competição entre os países do subcontinente.

A análise das relações econômicas ao longo das últimas décadas entre o Brasil e os demais países sul-americanos demonstra que as atividades e relações privadas não têm na América do Sul seu único polo de negócios. O processo de elevação da América do Sul à condição de região prioritária às relações internacionais é derivado de uma decisão político-institucional, a qual incide para organizar a todas as demais relações regionais. (COUTO, 2013).

Esta dimensão, ao contrário de enfraquecer, robustece a compreensão sobre o caráter estratégico, para a política brasileira, da integração regional da América do Sul. O Estado brasileiro, nesse contexto, promoveu a integração constituindo agendas e políticas

que, em sequência, pudessem tornar tal integração material, como as já mencionados Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e as propostas de integração de defesa, como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Se a política externa se orienta a produzir percepções e interpretações sobre os demais Estados (SAINT-PIERRE, 2013), esta é a percepção que o Estado brasileiro quis produzir sobre seus vizinhos sul-americanos: o de liderança cooperativa para um desenvolvimento compartilhado, manifesto na END (BRASIL, 2012b) e, sistematicamente, pelo ex-ministro Celso Amorim (2016). Trata-se de um esforço em oferecer uma liderança de sentido contrário ao padrão usual da liderança exercida pelos Estados Unidos da América.

Se o esforço de hegemonia de uma potência se caracteriza pela universalização de seus valores e interesses econômicos, o esforço de construção de uma nova liderança faz surgir questionamentos a esses valores e interesses. Trata-se de promessa de contra-hegemonia, não necessariamente no sentido de uma substituição de hegemonia, mas de alteração da agenda hegemônica dos interesses singulares da potência dominante para a agenda de interesses que possam ser percebidos como comuns a todos. A proposta de uma política de autonomia regional não possui a capacidade de rompimento da hegemonia, mas inflexiona para uma agenda de maior independência e maior barganha, a qual pode, então, vir a criar as condições para uma nova hegemonia e um novo sujeito hegemônico.

O compartilhamento do desenvolvimento, proposto através da cooperação na área de defesa, e a militância internacional pela autonomia política e econômica regional, que os governos Lula e Dilma apresentaram aos países da América do Sul, se constituíram como um esforço de convencimento e busca do consentimento à liderança brasileira do bloco regional. Esta liderança assumiu um caráter hegemônico, no sentido gramsciano do conceito, com base em uma agenda, internacional e regional, que agregou um bloco de forças sociais no plano interno, o qual sustentou políticas estatais de aumento da influência sobre a região, decorrentes dessas estratégias de vocação hegemônica, e no plano continental assumindo uma liderança mediadora entre os diferentes tons da política externa dos países da América do Sul.

Esta hegemonia se distingue da ideia de supremacia ou de “hegemon”. Assume o sentido de convencimento dos demais sobre os valores, a política e a liderança do sujeito hegemônico. A posição brasileira, no período, consistiu em legitimar-se como liderança regional consentida. Para tanto, estabeleceu duas estratégias complementares: construir

uma zona de autonomia na América do Sul sem a presença de grandes potências extrarregionais e oferecer um crescimento econômico compartilhado através da cooperação. O sentido desta última era o de desobstruir o caminho no sentido da liderança e convencer os demais países que tal liderança seria benéfica aos países sul-americanos. A narrativa política assumida pelo Estado brasileiro, neste período, esteve assentada no esforço de não consolidar, nos demais Estados, uma opinião de que haveria uma intencionalidade de supremacia por parte do Brasil.

A narrativa de não supremacia, a oferta de cooperação na indústria de defesa, a criação de uma zona de exclusão da potência hemisférica, a defesa sistemática da integração sul-americana, a ampliação da presença econômica brasileira nesta zona, a unidade do bloco de forças dirigente no país e o ativismo multilateral do Brasil no mundo, permitem concluir que, efetivamente, o Brasil buscou construir uma hegemonia política na América do Sul.

Estas foram as bases estratégicas dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff para a construção desta hegemonia: oferecer aos demais países sul-americanos o compartilhamento da força da economia brasileira, como forma de fazer crescer suas próprias economias e seu próprio processo de acumulação de capital, e, ao mesmo tempo, no plano nacional, oferecer às classes e às frações de classe hegemônicas no bloco de poder esta política de autonomia regional e liderança do bloco, como um mecanismo de ampliação do mercado de consumo e da acumulação de capital, tanto público quanto privado. A ampliação da presença de empresas brasileiras (CNI, 2013) e o conjunto de acordos multilaterais e bilaterais assinados no âmbito da UNASUL e do IIRSA (COUTO, 2013) foram as dimensões materiais dessa intenção hegemônica.

O governo brasileiro, nos períodos de Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2014) construiu uma política internacional, em relação à América do Sul, de caráter hegemônico. Buscou legitimar esta política, através de uma agenda de cooperação e compartilhamento do desenvolvimento e de uma retórica de igualdade de relações entre os países sul-americanos.

Fundamento o trabalho no conceito gramsciano de hegemonia política, para demonstrar que esta política de hegemonia foi a consequência clara da constituição de um novo bloco histórico no Brasil, amalgamado em torno de um novo ciclo de expansão da economia brasileira e da necessidade de dar curso à essa expansão, através de novos mercados e maior protagonismo global, para o que a liderança hegemônica no continente seria fundamental.

Hegemonia política para Gramsci, distingue-se dos usos dados ao termo em outras tradições teóricas, mais próximos da ideia de supremacia do que de dominação, como desenvolvido aqui. No desenvolvimento do estudo, o conceito de hegemonia política foi transportado para a esfera das relações internacionais, uma vez que essas são esferas privativas dos estados nacionais. Para além disto, se constroem tendo por base os blocos históricos de forças sociais em cada um dos países e a política que se depreende dos interesses e da agenda político-econômica de cada um desses blocos, em um dado contexto internacional e seu jogo de forças.

A seguir, o trabalho desenvolve a composição e agenda do bloco de forças hegemônico e das classes dominantes no interior deste bloco no Brasil, entre 2003 e 2014, período dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, bem como as estratégias políticas combinadas de construção desta hegemonia assentada na autonomia regional e no compartilhamento do desenvolvimento.

A indústria de defesa, pelas suas características de alto valor econômico e potencial estratégico, se sobressaiu como setor econômico mais propício para a implementação dessas estratégias combinadas, através das políticas de cooperação industrial proposto e aplicado pelos governos brasileiros e sua relação com essas estratégias de autonomia e compartilhamento.

A conclusão é de que, efetivamente, o bloco de forças sociais que deu sustentação aos governos Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2014) desenvolveu uma política internacional, em relação à América do Sul, de vocação hegemônica.

Assim, a partir deste ponto, abrem novas perspectivas de continuidade da análise. Tanto em relação à eficácia da implementação desta hegemonia política, quanto à verificação se esta hegemonia foi ‘aceita’ pelos demais países da região ou não. Decorrências, que não foram objeto deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio (Orgs.). **Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013a, v. 1.

_____. **Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013b, v. 2.

AMORIM, Celso. **A Grande Estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão do ministro no Ministério da Defesa (2011 – 2014)**. Brasília: Editora Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Editora UNESP, 2016.

AMORIM NETO, Octávio. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ARON, Raymond. O sistema internacional. In: _____. **Os últimos anos do século**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BERRINGER, Tatiana. **A Burguesia Brasileira e a Política Externa nos Governos FHC e Lula**. Curitiba: Ed Appris, 2015.

BOITO, Armando Jr; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782013000300004&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 1 ago. 2017.

BOITO, Armando Jr. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo: FGV, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gamsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.

CARNEVALLI, Giorgio. A Teoria da Política Internacional em Gramsci. In: MEZZARROBA, Ordes (Org.). **Gramsci: estado e relações internacionais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

COUTO, Leandro. Relações Brasil-América do Sul: a construção inacabada de parceria com o entorno estratégico. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio (Orgs.). **Parcerias Estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, v.1.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (Org). **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2007.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. **Política e Sociedade**, v. 9, n. 17, p. 101-139, out. 2010.

DOMINGUES, Reinaldo Alencar. **O Perfil do Brasil como Potência Regional Sulamericana no Governo Lula (2003 – 2010)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/15484/1/2013_ReinaldoAlencarDomingues.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GILL, Stephen. Gramsci e política global: uma proposta de pesquisa pós-hegemônicas. In: GILL, Stephen (Org). **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2016a, v. 1.

_____. **Cadernos do Cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2016b, v. 3.

_____. **Cadernos do Cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2016c, v. 5.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era de Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. 1. ed. São Paulo: Ed UNESP, 2016.

HEGEL, Georg, W. F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

_____. **A ordem Política nas Sociedades em Mudança**. Rio de Janeiro: Ed Forense-universitária; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

LESKE, Ariela D. C. **Inovação e Políticas na Indústria de Defesa Brasileira**. 2013. 197 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário Gramsciano**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Maria Regina Soares. Relações Interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 90, p. 167-201, 2013.

LONGO, Waldimir; MOREIRA, William. Contornando o Cerceamento Tecnológico. In: SVARTAMN, Eduardo et al. **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas: Textos Seleccionados do III Encontro Nacional da ABED**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

LOURES, Rodrigo Costa da Rocha; OREIRO, José Luís; PASSOS, Carlos Artur Krüger. Desindustrialização: a crônica da servidão consentida. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 4, jan./mar. 2006.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. Discurso do Presidente da República no Congresso Nacional ao ser empossado Presidente da República para o mandato 2007 a 2010.

Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília, n. 100, p. 29-36, jan./jun. 2007.

Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N100_1Sem_2007.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2017.

_____. **Programa de Governo Eleições Presidenciais de 2002**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

_____. **Carta aos Brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kulgelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich.. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MELO, Regiane de. **Indústria de Defesa e Desenvolvimento Estratégico: estudo comparado França-Brasil**. Brasília: FUNAG, 2015.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. A Inserção Externa da Indústria Brasileira de Defesa: 1975-2010. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, 2012.

OREIRO, José Luis, FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, abr./jun. 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os estados Unidos e o Século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PUREZA, José Manoel. Para um Internacionalismo Pós-Vestefaliano. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMANZINI, Haroldo. Parcerias Estratégicas do Brasil no contexto do multilateralismo comercial. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio (Orgs). **Parcerias Estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, v. 2.

ROUSSEFF, Dilma. **Programa de governo às eleições presidenciais de 2010**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/sites/default/files/programadegovernoDilma.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em torno de conceitos ou ideologias. In: MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Paz e Guerra: defesa e segurança entre as nações**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2013.

SILVA, André Luiz Reis. Segurança e Desenvolvimento na Projeção Internacional do Brasil. In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.). **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS/CEGOV, 2014.

_____. Geometria Variável e Parcerias Estratégicas: a Diplomacia Multidimensional do Governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 143-184, 2015.

SVARTMAN, Eduardo. A Agenda de Defesa do Brasil para a América do Sul. In: ARTURI, Carlos Schmidt. (Org.). **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS/CEGOV, 2014.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, n. 29, v. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João C.; MARIANO, Karina Lilia P. Lua Nova, São Paulo, n. 34, dez. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n34/a02n34.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2017.

Documentos Oficiais e Outras Fontes

ANÁLISE COMDEFESA - Integração Sul-Americana em Defesa: Perspectivas e Desafios. **Defesanet**, 2 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/4639/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BR-AR - Declaración de Buenos Aires de los Ministros de Defensa del Brasil y Argentina. **Defesanet**, 17 set. 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/br_ar/noticia/12270/BR-AR---DECLARACION-DE-BUENOS-AIRES-DE-LOS-MINISTROS-DE-DEFENSA-DEL-BRASIL-Y-ARGENTINA/>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRASIL. **IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Ministério da Defesa. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Política Nacional de Defesa Estratégia Nacional de Defesa**. Ministério da Defesa. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

_____. **Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai**. 2007a. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_82/>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. **Decreto n. 7.396, de 22 de dezembro de 2010**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Santiago, em 3 de dezembro de 2007. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7396.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. **Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru**. 2006. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b_157/>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. **Decreto n. 6.084, de 19 de abril de 2007**. Promulga o Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a Argentina, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005. 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6084.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. **Decreto n. 5484, de 30 junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional. 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 1 jul. 2015.

_____. **Portaria Normativa 899, de 19 de junho de 2005**. Aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa. Ministério da Defesa. Brasília, 2005c. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/pnid_politica_nacional_da_industria_de_defesa.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

BRASIL poderá doar 27 aeronaves. **Poder Aéreo**, 11 out. 2009. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2009/10/11/ao-todo-brasil-podera-doar-27-aeronaves/>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

CNI. **Relatório dos Investimentos Brasileiros no Exterior 2013**. Brasília: CNI, 2013. Disponível em: <http://www.fiemt.com.br/arquivos/1396_relatorio_dos_investimentos_-_2013.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

DIAS, Anna Luiza; CARASEK, Carolina; SIEBAUER, Jonathan; MERKLE, Vanessa. Unasul I: um passo rumo à integração regional sul-americana. **ONIAL**, 11 jul. 2014. Disponível em:

<<https://onial.wordpress.com/2014/07/11/unasul-i-um-passo-rumo-a-integracao-regional-sul-americana/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

INDEX-MUNDI. Ordenamento dos países pelo tamanho da economia 2015.

Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

PAÍSES da UNASUL se reúnem para definir projeto de VANT regional. Poder Aéreo, 3 set. 2014. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2014/09/03/paises-da-unasul-se-reunem-para-definir-projeto-de-vant-regional/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PRESSE, France. Brasil compra lanchas da Colômbia para defesa fluvial. G1, 2 maio 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/brasil-compra-lanchas-da-colombia-para-defesa-fluvial.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015.